



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de entrega do Prêmio da Universidade de Notre Dame**

Palácio Itamaraty, 05 de janeiro de 2004

Meu caro presidente Fernando Henrique Cardoso,
Meu caro reverendo Malloy, presidente da Universidade de Notre Dame,
Meu querido companheiro Celso Amorim, ministro das Relações
Exteriores,

Dona Ruth,

Dona Marisa,

Ministros de Estado aqui presentes, do governo Fernando Henrique
Cardoso e do meu governo,

Senadores,

Deputados,

Embaixadores,

Embaixadoras,

Meus amigos e minhas amigas,

Eu vou começar sendo muito breve, com uma frase que termina um
texto que eu ia ler, mas que não vou ler, porque o ambiente, aqui, está para o
improviso. Parabéns ao Brasil por este admirável exemplo de civilidade e
participação cidadã.

Possivelmente, para quem não acompanha a política brasileira, o que
está acontecendo hoje, aqui, é uma coisa corriqueira, que deveria acontecer
em todos os momentos da nossa História e em todos os momentos da História
de outros países.

Entretanto, não é assim que as coisas se deram, ao longo da História do
Brasil e em vários outros países. Muitas vezes, as pessoas confundem o calor



de uma disputa política com as questões pessoais. Não são raros os exemplos no mundo e, sobretudo, na América do Sul, na América Latina, em que muitos presidentes não participam sequer da posse do presidente eleito. Aqui, no Brasil, já tivemos exemplos, e vários.

E o que aconteceu nessas eleições de 2002 foi a demonstração da maturidade política do Brasil, a demonstração de que não é possível a gente confundir uma disputa política com problemas pessoais. Foi uma demonstração do amadurecimento dos eleitores brasileiros, do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e do meu governo recém-eleito.

A verdade é que a transição, feita da forma que foi feita, foi uma espécie de aviso ao mundo, que duvidava da nossa competência de exercer a democracia.

Eu acredito que se o presidente Fernando Henrique Cardoso tivesse que escolher algumas pessoas que trabalharam de forma incansável para que a transição tivesse um bom resultado, ele, quem sabe, escolheria, da parte dele, o Pedro Parente e o Pedro Malan. E eu, da minha parte, escolheria o Gushiken e o Palocci, que foram os coordenadores.

E em nenhum momento dessa transição houve, a qualquer pedido do governo recém-eleito, qualquer impedimento do governo que estava exercendo o Poder, de cerceamento das informações que nós precisávamos ter, para tomarmos posse. Se mais informações não tivemos foi porque não pedimos, ou porque não tínhamos conhecimento da necessidade de pedir algumas informações.

Eu estou dizendo isso porque este ato de hoje, embora pequeno, é um ato, para mim, simbólico. É um ato que representa a certeza de que dois homens, ou duas mulheres, podem ser adversários políticos, podem ser adversários eleitorais, mas não perdem a noção do respeito que um ser humano tem que ter pelo outro, não perde a noção de que não se faz política com ataques pessoais e muito menos de interesse da vida privada de quem



quer que seja, porque as divergências são políticas, não são pessoais.

E penso que, até sem querer, o Brasil dá um bom exemplo ao mundo. Acho que dois presidentes da República que disputam, não uma eleição – foram três, das quais perdi duas – e continuam com uma relação de respeito e de amizade não é pouca coisa, num Brasil pouco habituado a fazer com que os dirigentes conversem entre si. Quem conhece a política nacional sabe perfeitamente bem que estou falando que políticas eleitorais no Brasil, em muitos lugares, se transformam numa verdadeira guerra, em que vale buscar informações dos tataranetos das pessoas, para poder fazer ataques pessoais.

Acho que demos uma lição pequena, mas uma lição para fortalecer a democracia brasileira. Podemos divergir sobre times de futebol – e não divergimos -, podemos divergir sobre noções da democracia – e, certamente, não divergimos – podemos divergir sobre noções de políticas econômicas, podemos discutir, divergir sobre candidatos a prefeito, sobre candidatos a governador. Mas dois homens que atingem a idade da maturidade política não podem, nem no seu discurso, sendo oposição ou situação, e muito menos na sua prática política, deixar de entender que a razão da disputa e a eleição da vitória dependem única e exclusivamente do respeito que temos que ter pelo povo que participa do processo eleitoral do nosso país.

Por isso, eu queria dizer ao presidente Fernando Henrique Cardoso e aos convidados aqui hoje que muito me orgulho de ter participado deste momento histórico da vida política brasileira. Efetivamente, o processo de transição feito aqui no Brasil é um exemplo histórico que marcará para sempre as eleições brasileiras e as posses no Brasil.

Espero que, quando tiver que passar o bastão a um outro presidente eleito, a gente consiga aperfeiçoar a transição, que a gente consiga modernizar e fazer alguma coisa ainda mais civilizada do que a que foi feita, para que, daqui para a frente, ninguém, ninguém mais deixe de entender que a democracia não pertence ao indivíduo. A democracia foi uma conquista da



sociedade brasileira, com muito sofrimento, com muitas derrotas, com muitas perdas, inclusive de vidas de pessoas. E cabe a nós, que estamos vivendo este momento histórico no Brasil, passarmos esses ensinamentos para a futura geração que irá fazer política no Brasil.

Quero agradecer à Universidade de Notre Dame pelo prêmio. Possivelmente, eu teria que repartir esse prêmio, além do Fome Zero, com os meus companheiros ministros, que se dedicaram e que em nenhum momento da transição tiveram a intenção de criar qualquer problema para o ministro que estava exercendo o poder, até porque nós sabíamos que o que estava em jogo não era a nossa posse. O que estava em jogo era a credibilidade que o Brasil não poderia perder no mundo político.

Por isso, muito obrigado à Universidade, muito obrigado pela presença de vocês. E parabéns, presidente Fernando Henrique Cardoso! Espero continuar esse processo histórico, para fortalecer a democracia brasileira.

Muito obrigado.

/mcpro/lrj



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de sanção da Lei de Renda Básica de Cidadania**

Palácio do Planalto, 08 de janeiro de 2004

Meu querido companheiro, senador da República Eduardo Suplicy,
Minha querida companheira Marisa,
Meu caro companheiro José Dirceu,
Minha querida Dona Filomena, mãe do senador Eduardo,
Minha querida prefeita de São Paulo, Marta,
Meus amigos e minhas amigas,
Professor Philippe Van Parijs,
Ministros aqui presentes,
Senadores,
Deputados,

E pessoas que dedicaram parte da sua vida na luta – ou dedicam, ainda,
parte da sua vida na luta por justiça social.

Eu quero, primeiro, dizer aos nossos amigos fotógrafos que hoje, sendo o dia deles, eu queria dizer para vocês do reconhecimento que todos nós temos por vocês e por suas inconvenientes máquinas. A verdade é que eu acho que não existiria política se não existisse fotógrafo. Porque político gosta tanto de fotografia que você pode ver que em todas as fotos aparece um político rindo. Não sei do quê, mas estão rindo.

E eu acho que vocês prestam um serviço enorme à democracia do nosso país, mostrando aquilo que só os olhos mágicos de uma máquina e a competência profissional podem mostrar. Por isso, quero começar dando os parabéns aos fotógrafos brasileiros, pelo dia dos fotógrafos.

Quero dizer ao companheiro Suplicy que essa lei aprovada, não como



sonhou o companheiro Suplicy, no seu projeto embrionário, mas, aprovada de conformidade com a consciência dos deputados e dos senadores que votaram e, sobretudo, levando em conta a realidade econômica do nosso país, demonstra, mais uma vez, o grau de maturidade a que o nosso país chegou.

Mas eu penso que ninguém, neste país, tem mais méritos do que a sua ousadia e a sua teimosia, para transformar a idéia num projeto de lei aprovado e sancionado agora.

Se metade da classe política brasileira, ou metade da sociedade brasileira tivesse a persistência que você tem, certamente nós já teríamos mudado o país, rapidamente.

E eu quero que você continue. Continue com a sua ousadia, com a sua boa teimosia, porque eu acredito que assim, com gente do seu comportamento, da sua sensibilidade, não desistindo nunca das coisas que acredita ser possível fazer, mesmo quando as pessoas não concordam – e você sabe o quanto você sofreu para fazer essa lei se tornar lei. Entretanto, está consagrado.

Agora, o nosso papel é transformar essa lei numa lei que funcione, numa lei que pegue, porque no Brasil tem “lei que pega” e “lei que não pega”. E queremos que essa lei pegue. E, para ela pegar, vai ser preciso a compreensão de todos de que não é possível, como num passe de mágica, se arrumar todos os recursos de que precisamos para fazer a lei acontecer.

Quero até pedir aos meus companheiros e companheiras de imprensa que compreendam que essa lei é como se nós estivéssemos fazendo um barco. Essa lei só vai se transformar num barco completo quando colocarmos esse barco no mar. Não faltarão aqueles que irão cobrar, já no mês que vem, a aplicação da lei. E todos nós temos que trabalhar com a clareza de que essa lei faz parte de um processo da política social que nós queremos implementar no Brasil, tendo como ponto de vista e como objetivo que a conquista da cidadania pelos seres humanos se dará no dia em que todos puderem viver às custas de



um trabalho digno e de uma remuneração justa. Enquanto isso não for possível, o Estado terá que criar instrumentos para garantir àqueles que não tiveram chance a oportunidade de sobreviver decente e dignamente.

Um governo – assim como um país – é uma convergência de sonhos, projetos e atos renovadores. Hoje, o consenso democrático no Brasil converge para uma agenda incontornável: trata-se de vencer a exclusão e implantar a justiça social como novo motor do desenvolvimento nacional.

Significa dizer que a regeneração humanista da nossa sociedade é a grande tarefa desta geração. É o dado verdadeiramente novo da equação histórica que estamos vivendo. Penso que isso deve ser dito, repetido e lembrado cotidianamente, em todas as oportunidades, para que saibamos sempre por onde vamos e para onde vamos.

Distribuir para crescer – e crescer para o bem comum. Eis o lema obrigatório do nosso tempo, a epígrafe deste capítulo inadiável da história que estamos todos convocados a escrever – e que já estamos escrevendo.

Hoje, milhões de brasileiros pobres não ganham nada ou ganham menos do que os subsídios destinados à criação de animais nos países ricos. É uma inversão de valores assustadora porque o direito à vida humana é o mais sagrado de todos e ele tem sido secularmente preterido entre nós.

É nesse cenário, portanto, que estamos aqui para saudar a nova conquista do sonho libertário – e da esperança solidária – representada pela renda básica de cidadania, que o Estado brasileiro passa a incorporar a seu leque de políticas sociais, a partir de 2005. Trata-se de um fruto colhido após década de persistência inabalável do companheiro e amigo, senador da República Eduardo Suplicy.

Desde 1991 ele desempenha o papel de um incansável Dom Quixote para convencer a sociedade de que é possível universalizar direitos sociais em nossa terra. A bandeira da renda mínima é um símbolo desse esforço. Nós



sabemos, e o economista Suplicy sabe melhor que todos nós: trata-se de uma meta a ser implantada gradualmente.

Possivelmente, ela significará o desfecho da progressiva unificação dos programas sociais, cujo salto mais expressivo foi a criação do Bolsa Família no ano passado, que já chega a 3 milhões e 600 mil famílias, e deve beneficiar 45 milhões de brasileiros até 2006 – portanto 25% da população do nosso país.

Devemos lembrar, também, que 2.369 municípios já têm suas comunidades mais carentes beneficiadas pelo Programa Fome Zero, participando, inclusive, dos seus comitês gestores.

Estamos transformando excluídos em protagonistas da vida social e, com isso, recuperando a relevância dos seus próprios laços comunitários. Sua voz passa a ser ouvida e seus direitos vão sendo contemplados nos projetos de desenvolvimento do governo e nas ações solidárias de interesse da coletividade.

Meus companheiros e minhas companheiras,

O que diferencia a esperança da simples espera conformista é a coragem e a determinação. É o chão por onde andam aqueles que têm que fazer o seu próprio caminho – e isso inclui países em construção, onde o dinheiro sempre é escasso e os recursos são insuficientes para atender a todas as demandas.

É isso que nos permite ir além das circunstâncias. É isso que nos dá condições para dizer sim, sempre que possível, e não, quando é necessário. É isso que nos dá força para vencer a incredulidade; para abrir novos caminhos; e para superar ceticismos e dobrar resistências.

A incorporação desse novo patamar de dignidade social pelo Estado brasileiro faz parte desse percurso histórico de coragem e responsabilidade, assim como aconteceu também com a sanção do Estatuto do Idoso no ano passado.



Sabemos, porém, que não existe vacina única para todos os desafios brasileiros. Não há panacéias milagrosas.

Desequilíbrios estruturais têm que ser resolvidos na origem, ou vão se reproduzir continuamente, seja na educação e no aproveitamento escolar, seja nos indicadores de saúde ou nas estatísticas de violência. Por isso tenho dito sempre que o verdadeiro antídoto contra a exclusão é a construção de uma sociedade que pare de gerar excluídos. Esse é o nosso grande desafio social.

Mas ele só será vencido mediante consensos democráticos cada vez mais amplos, com forte participação social, que nos ajudem a retomar o desenvolvimento, resgatando a certeza de que o futuro somente será melhor se for bom para todos.

Essa é, justamente, a missão mais importante do Estado brasileiro no mundo de hoje: proteger e ampliar as fronteiras universais do humanismo entre nós. Credenciar-se, enfim, como um instrumento democrático de renovação do sonho brasileiro neste século – cujo nome é justiça social.

Eu, antes de terminar, quero dizer ao companheiro Suplicy, como companheiro de muitos anos, antes do PT e depois do PT, que dentre todos nós, certamente nenhum teria a abnegação que você teve para levar esse projeto a chegar aonde chegou, Eduardo.

Acho que, juntos, você, enquanto Senador da República, o governo federal, os governos estaduais, os prefeitos brasileiros e as prefeitas brasileiras, o movimento social, juntos, certamente, se todos nós formos tomados da sua ousadia e da sua persistência, muito antes do que os incrédulos acreditam, nós vamos conseguir implantar definitivamente a renda básica no nosso país.

Obrigado, companheiro Eduardo Suplicy. O mérito desta lei é do Congresso Nacional, mas, sobretudo, é de um personagem teimoso chamado Eduardo Suplicy. Parabéns, querido.

/mcpro/lrj



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da II Sessão de Trabalho – “Desenvolvimento Social”, na Cúpula Extraordinária das Américas

Monterrey, México, 13 de janeiro de 2004

Agradeço ao Presidente Fox pelo empenho na organização deste evento.

Enfrentamos neste início de milênio o desafio de agir de forma criativa, urgente e responsável, para garantir o desenvolvimento social de nossas nações. Assumimos o firme compromisso com o principal desafio do início do século XXI: o combate à fome, à pobreza e à exclusão social.

Senhores Presidentes,

É cada vez maior o abismo que separa ricos e pobres em nosso continente e no mundo. Uma exclusão secular ganhou maior dimensão na década passada.

Depois dos anos 80 – a chamada década perdida -, “os anos 90 significaram uma década de desespero”, como concluiu o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

A renda *per capita* está mais baixa hoje do que há dez anos em 54 países. Em 34 países, a expectativa de vida diminuiu. Em 21 nações há mais gente faminta e, em 14, mais crianças morrem antes dos cinco anos.

Na América Latina, o número de pessoas em condições de extrema pobreza passou de 48 milhões para 57 milhões; 26% da população vivem com menos de 2 dólares por dia; há 19 milhões de desempregados e de cada 10 novos empregos gerados, 7 são informais; a falta de emprego afeta de maneira particularmente perversa mulheres, negros, índios e jovens. O desemprego e a miséria cresceram de modo exponencial, com efeitos sociais e éticos gravíssimos, entre eles uma assustadora desagregação familiar. Mais de 50



milhões de pessoas – quase um terço da população brasileira – padeciam, em 2002, de cotidiana insegurança alimentar.

Estas não são conseqüências secundárias e aleatórias de uma política econômica supostamente sadia e adequada.

Trata-se, sim, de um modelo perverso que separou equivocadamente o econômico do social, opôs estabilidade a crescimento e divorciou responsabilidade e justiça. A estabilidade econômica foi pensada de costas para a justiça social. Ficamos sem as duas. Com isso compromete-se a própria estabilidade política. A experiência histórica mostra que o equilíbrio econômico é insustentável sem o equilíbrio social.

Nossos desafios são o de articular expansão e eficiência produtivas com distribuição de renda e o de conjugar responsabilidade fiscal com crescimento sustentável. Com isso obtém-se redução das desigualdades, superando as dicotomias nefastas dos anos 90.

Chegou a hora de resgatar e afirmar, de uma vez por todas, a primazia do interesse coletivo e da coisa pública nas Américas.

Cabe ao Estado, em diálogo com a sociedade, traçar políticas para reduzir o fosso entre opulência e miséria.

Devemos trabalhar com um novo conceito de desenvolvimento, em que a distribuição de renda não é mera conseqüência do crescimento, mas sua alavanca fundamental.

Se queremos um mundo estável e seguro, devemos buscar um mundo mais justo e eqüitativo. A desigualdade social e a miséria são o principal obstáculo para nossa adequada inserção no mercado mundial.

Senhores Presidentes,

Em 2003 demos o primeiro passo de um amplo movimento que não se esgota nas emergências do presente – ou do meu mandato presidencial.

Fundamos os alicerces para o País crescer com justiça social. Desencadeamos a luta contra a fome. Afinal, os famintos não podem esperar.



O primeiro ato do meu governo foi a criação do Programa Fome Zero, que – um ano depois – está presente em 2.369 municípios. Ele garante direito à alimentação a 1 milhão e 900 mil famílias - cerca de 8 milhões de pessoas - que antes não tinham o que comer.

São ações para semear oportunidades de trabalho e renda que fortalecem a segurança alimentar das comunidades mais pobres.

A consolidação desse eixo contra a fome permitiu a unificação dos programas de transferência de renda no Programa Bolsa Família.

Este programa, do dia 27 de outubro de 2003 até o dia 27 de dezembro de 2003, atingiu 3 milhões e 600 mil famílias - cerca de 14 milhões de pessoas -, aliviando as condições de privação na qual elas vivem. Favorece o acesso a direitos universais, como educação, saúde, alimentação e saneamento.

O Programa se estende para as regiões metropolitanas, onde pobreza, desemprego, exclusão e violência geram situações de conflito e desagregação social.

Até o final do meu governo, mais de 11 milhões de famílias pobres serão incorporadas ao Bolsa Família, totalizando quase 50 milhões de pessoas.

Nosso objetivo é ampliar o acesso dessas famílias a políticas públicas que lhes permitam romper o círculo vicioso da miséria e não mais depender da assistência do Estado.

Para isso implantamos, dentre outros, programas de microcrédito e o maior financiamento para a agricultura familiar que o Brasil já teve. Estamos também erradicando o analfabetismo.

Essas e outras iniciativas promovem a justiça social e ajudam o crescimento sustentado. Mais que isso, forjam cidadania.

A luta contra a exclusão e a desigualdade, repito, não é mera decorrência do crescimento – mas sim, sua mola mestra.

Os programas sociais têm aumentado os benefícios, mas também elevado os compromissos e as responsabilidades das famílias atendidas. Cada



família tem de cumprir, com seus filhos, obrigações nos âmbitos da saúde e educação.

Faço questão de sublinhar esse aspecto porque a ênfase na participação comunitária é parte essencial dessa estratégia.

O fortalecimento da sociedade civil – com participação democrática cada vez maior na definição e no controle das políticas públicas –, possibilitará o surgimento de sociedades mais democráticas e menos vulneráveis à corrupção, ao clientelismo ou à dependência.

Senhores Presidentes,

A integração hemisférica deve dar-se pela via do diálogo político e da cooperação internacional para o desenvolvimento. Tem de eliminar situações de dependência e compensar assimetrias.

O comércio internacional pode ser poderoso indutor de desenvolvimento. Para tanto, ele deve ser justo e equilibrado, beneficiando a todos de maneira equânime.

As negociações internacionais – comerciais ou com organismos financeiros - têm de preservar a capacidade dos Estados nacionais de formularem políticas industriais, agrícolas, de ciência e tecnologia, sociais e ambientais.

Muitos dos conflitos e tensões atuais decorrem de uma ordem internacional em que a distribuição da riqueza mundial é injusta e faltam oportunidades para os países mais pobres se desenvolverem.

Receitas rígidas frustram o desenvolvimento de muitos países, ampliam seus impasses econômicos e sociais e, freqüentemente, reproduzem, de forma ampliada, a crise macro-econômica que queriam corrigir.

Presidentes,

Concluo reafirmando: o desenvolvimento social que almejamos depende da reversão dos mecanismos de reprodução da desigualdade nas nossas nações.



Nenhum país faz uma grande transformação como essa sem uma profunda mudança no modo de agir e de pensar de toda a sociedade – inclusive de suas elites.

Propus na ONU medidas em prol dos que vivem abaixo da linha de pobreza. Salientei a responsabilidades de todos, sobretudo dos países ricos, nessa tarefa.

Com o primeiro-ministro da Índia e o presidente da África do Sul, criamos um fundo para atrair contribuições nesse esforço mundial contra a fome.

No próximo dia 30 estarei em Genebra para, junto com o presidente Chirac e o secretário-geral da ONU, aprofundar idéias e convidar os líderes mundiais a se engajarem nesse esforço global.

Nossos países, que têm tradição de solidariedade, podem e devem desenvolver programas de combate à exclusão para reduzir as disparidades no continente.

A experiência histórica ensina que sem democracia econômica e social não haverá democracia política.

Neste século vinte e um, temos a chance de curar nossas feridas históricas e recentes, oferecendo ao mundo um valor que a opressão do passado e as condições desiguais do presente insistem em sufocar.

Quero aqui evocar um valor arraigado em nossos povos e sem o qual é impossível construir um futuro promissor para todos. O nome desse valor todos vocês conhecem. Chama-se SOLIDARIEDADE.

Eu quero terminar, presidente Fox, dizendo aos presidentes aqui presentes que, passado um ano da minha posse, estou muito mais otimista hoje do que estava em janeiro do ano passado.

Estamos otimistas porque conseguimos recuperar a credibilidade do Brasil, conseguimos, em sete meses, fazer as reformas que pareciam impossíveis de serem feitas – a da Previdência e a tributária. Estou otimista



porque estamos reduzindo as taxas de interesses dentro do Brasil. Estou otimista porque aumentamos as nossas exportações. Estou otimista porque, neste ano, bateremos um novo recorde da produção agrícola do Brasil, sairemos de 122 milhões de toneladas para 130 milhões de toneladas de grãos. Estou otimista porque temos mais dinheiro para investir em saneamento básico, temos mais dinheiro para investir em habitação, temos mais dinheiro no Banco de Desenvolvimento para financiar projetos de desenvolvimento industrial. E estou otimista porque a nossa relação com a América do Sul, quem sabe, seja a melhor de toda a nossa História e porque, nos próximos três anos, certamente, não só estaremos consolidando o Mercosul, com a participação de toda a América do Sul e de países da América Latina, mas porque, nos próximos três anos, se Deus ajudar e não houver nenhuma crise maior, iremos consolidar a tão sonhada integração física de toda a América do Sul.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da nova unidade de fundição da fábrica Dedini S.A.

Piracicaba-SP, 16 de janeiro de 2004

Meu caro governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin,
Meu caro companheiro José Machado, prefeito de Piracicaba,
Meu caro Tarcísio Mascarim, presidente corporativo da Dedini,
Meu companheiro José Luiz, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba,

Minha querida companheira Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia,

Meu caro companheiro José Graziano, ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome,

Meus companheiros deputados federais,

Deputados estaduais,

Secretários do estado de São Paulo,

Secretários da prefeitura,

Diretores da Dedini,

Meus companheiros e companheiras metalúrgicos e metalúrgicas da Dedini,

Meus amigos e minhas amigas,

Eu não sei se foi pelo fato de eu ter sido dispensado da Villares, em 1981, que eu virei Presidente da República. O dado concreto é que se não tivesse sido mandado embora, eu certamente não estaria aqui, hoje, como Presidente da República.

Dizem que há males que vêm para bem. Eu também achei que foi um



mal eu ser mandado embora, porque eu não tinha mais como ficar na Villares, depois das greves de 80. Então, eu tinha que sair mesmo da Villares.

Mas, quero dizer aos trabalhadores, ao povo de Piracicaba, aos meus queridos prefeitos – que eu esqueci, porque não está na minha nominata – a todos vocês, e ao Governador e ao Prefeito, a alegria de começar o ano inaugurando uma fábrica.

Eu acho que esse ano nós vamos inaugurar muitas fábricas. Esse é o ano em que eu acho que a economia brasileira vai dar resposta aos anseios, às aspirações e, por que não dizer, até às inquietudes de milhões e milhões de seres humanos, nesse país, que estão à espera de uma oportunidade para poder trabalhar e viver a sua vida com o resultado do seu trabalho.

A economia, neste ano, está preparada para crescer. O país está preparado para exportar mais. O país está preparado para aumentar as relações com outros países e, portanto, vender muito mais.

Há alguns anos atrás, no começo do PT, qualquer fazendeiro que tivesse dois hectares tinha medo, porque achava que nós íamos tomar as suas terras. O tempo se encarregou de aproximar vários de nós com grandes proprietários de terra deste país.

E, graças a companheiros como o José Machado, graças a companheiros como Palocci, que assumiram prefeituras de cidades onde a cana-de-açúcar tinha um papel extremamente importante, esse diálogo se colocou e, como disse o companheiro José Luiz: a gente pode perder muita coisa, o que a gente nunca perde é se a gente tiver paciência de dialogar, com a cabeça aberta para convencer e para ser convencido.

E nós passamos a perceber que uma parte das pessoas, no Brasil, começou a ter vergonha de defender o Pró-álcool, de defender as usinas brasileiras. Uma parte até com razão, porque houve momentos difíceis da economia em que, durante muito tempo, algumas pessoas tiraram proveito até da capacidade de financiamento que o Governo teve, no começo.



E nós acreditamos que era possível encontrar homens de bem do nosso lado, homens de bem de todos os lados e, juntando os homens de bem, a gente pôde começar a construir uma idéia que pudesse ganhar força e que pudesse fazer com que ninguém tivesse vergonha de ser usineiro neste país.

E fico orgulhoso de ter participado desse momento histórico, em que quebramos muitos tabus existentes no país. Não apenas tabus de usineiros para conosco, mas também de nós para com os usineiros. E, hoje, estamos percebendo que valeu a pena alguém, um dia, acreditar que este país poderia ter na produção de álcool uma das suas grandes fontes alternativas de energia e, mais do que isso, uma das suas grandes fontes de produtos que podem ser exportados para o mundo.

Nós todos estamos trabalhando com a expectativa de que a Rússia assine o protocolo de Kioto o mais rápido possível. Assinando o protocolo de Kioto, certamente os países terão que colocar etanol na sua gasolina. E não tem no mundo nenhum país mais preparado do que o Brasil para crescer e para atender uma parte da demanda que o mundo vai precisar, eu diria, mais rápido do que muita gente acredita neste país.

Temos recebido muitos representantes de governo de vários países. Estamos otimistas de que as pessoas vão ter que começar a se convencer de colocar mais álcool na gasolina. E estamos convencidos de que o Brasil está preparado para disputar, até porque o álcool brasileiro custa menos do que o álcool produzido em qualquer outro país do mundo.

E não poderíamos dar esse salto de qualidade se não tivéssemos aqui, em Piracicaba, uma fábrica de fazer fábricas. Não teríamos essa oportunidade. Por quê? Nessas reuniões que tenho feito com os países da América do Sul, temos notado, primeiro, a vontade deles de construir usinas e começarem a produzir álcool e açúcar nos seus países. É a Venezuela, é a Colômbia, é a Bolívia. E nós achamos que o Brasil, se quiser ter uma política de parceria efetiva com os países que fazem fronteira com o Brasil, precisa ter capacidade



de ajudar no financiamento, para que esses países possam comprar os produtos que fabricamos aqui dentro.

E, no que diz respeito à produção de álcool e açúcar, o Brasil está preparado para competir com qualquer país do mundo. E não tenho dúvida de que vamos vender muita coisa para os nossos parceiros da América do Sul.

Não tenho dúvida de que a inauguração desta fábrica vai ser motivo de contratação de muitos metalúrgicos ainda, de mais metalúrgicos, porque a nossa expectativa é a de que é muito, mas muito promissor o que está acontecendo nessa relação Brasil-Mercosul, Brasil-América do Sul, Brasil-América Latina e Brasil e Mundo.

Acho que estamos dando os passos certos. Não podemos ter pressa, para trabalharmos de forma atabalhoada. Mas este ano é o ano em que o governo adquiriu uma capacidade de investimento pelo menos três vezes superior à que tivemos no ano passado.

É por isso que digo que estou, em 2004, mais otimista do que estive em 2001 – e eu já estava muito otimista. Acho que a economia brasileira vai crescer. Vamos fazer, através da capacidade de financiamento que possam ter as instituições de financiamento do Brasil, o que estiver ao nosso alcance para financiar o surgimento de novas indústrias, o surgimento de novos postos de trabalho. Vamos investir o máximo que já foi investido neste país para que a gente possa resolver o problema de habitação e saneamento básico, sobretudo nas grandes regiões metropolitanas, onde o desemprego é muito grande e onde a violência cresce a cada dia.

E vamos fazer com que o Brasil volte a aparecer no cenário da macroeconomia mundial como um país em que, pela primeira vez, estamos construindo uma estabilidade sem nenhum plano mirabolante. Não tem plano Collor, não tem plano Bresser, não tem plano Verão, não tem plano Cruzado. Ou seja, tem, na verdade, o compromisso de tratar a economia brasileira como um trabalhador sério trata o seu salário na relação com a sua família. Um



trabalhador que não tem seriedade e não tem respeito pela sua família é capaz de pegar o seu salário e gastá-lo no primeiro salão de *snooker* que tiver na cidade. Um trabalhador sério pega o seu salário, vai para casa, senta com a mulher e vai discutir como pagar a dívida e o que fazer se sobrar algum centavo no seu pagamento.

É por isso que se cunhou uma frase muito famosa neste país, de que trabalhador de salário mínimo é que deveria administrar a economia do Brasil, porque, se eles conseguem viver com um salário mínimo, imaginem se tivessem o montante de dinheiro que tem, normalmente, o Governo para administrar o país.

Então, estamos fazendo a coisa. Não tem milagre. Não tem invenções. Não tem plano Lula, plano Palocci, plano Alckmin, plano José Dirceu, plano Graziano. Não tem plano. Tem o estabelecimento de uma política de relação de fidelidade com as pessoas, de sinceridade e, sobretudo, uma relação de credibilidade: o que pode, pode; o que não pode, não pode. Se der para fazer hoje, fazemos. Se não der, fazemos amanhã.

Ninguém vai ser pego de surpresa com qualquer medida anunciada no jornal da meia-noite ou, quem sabe, na primeira edição dos matutinos brasileiros. Não. É melhor sentar em torno de uma mesa, é melhor tirar as diferenças, é melhor discutir, para que todo mundo saiba o que vai acontecer, até porque o povo brasileiro não pode aceitar mais aqueles planos, que, à noite, na televisão, parece que todos nós encontramos o paraíso e, passados alguns anos, começamos a colher os prejuízos das invenções acadêmicas que constituíram grande parte das políticas econômicas brasileiras.

Não tem tese acadêmica. O que tem é a certeza absoluta de que um país do tamanho do Brasil, com o potencial do Brasil, com os trabalhadores preparados, como tem o Brasil. Tenho cansado de andar pelo mundo, de inaugurar fábricas multinacionais e estou cansado de ver empresários dizerem que poucos lugares do mundo têm trabalhadores da qualidade e da



versatilidade que tem o trabalhador brasileiro.

É acreditando nisso que eu queria dizer ao Alckmin que, certamente, vamos inaugurar outras fábricas por este Estado, vamos inaugurar outras fábricas pelo Brasil afora e vamos, quem sabe, poder afirmar aos empresários que quiserem investir aqui duas coisas simples: primeiro, “Venham que não terá mais “apagão” neste país. Segundo, “Venham que não terá nenhum plano milagroso anunciado à zero hora e um minuto do dia seguinte. As coisas vão ser feitas às claras, porque o Brasil não pode prescindir da recuperação da auto-estima e da confiança que o nosso povo está tendo hoje no nosso país.”

Inaugurar uma fábrica que gera 400 empregos, no momento em que a economia brasileira retoma o crescimento – e todos os indicadores, desde novembro, vêm mostrando: é o crescimento econômico, é a recuperação da massa salarial dos trabalhadores. Haveremos de construir as coisas, José Luiz, com a paciência que tem o trabalhador. O trabalhador, quando começa a trabalhar aqui, sabe que vai começar com um salário. Ele tem a perspectiva de um teto e sabe que não pode ser afobado, ele só tem que ser competente. Porque, se for afobado, ele até é mandado embora antes de chegar o seu salário. Na vida política é assim: a gente não pode fazer nada de forma atabalhoada.

Eu, agora, estava numa cidade e pediram para que eu anunciasse a construção de uma grande avenida. Seria fácil para alguém com o microfone na mão anunciar: “Olha, eu vou fazer, aqui, tal avenida”. Eu falei: “Eu prefiro não falar.” Eu prefiro dizer para vocês: “Não tenho compromisso. Se der faço, se não der não faço, porque o povo brasileiro está cansado de gente prometer coisa que não faz”.

Então, eu quero tratar o povo brasileiro como eu trato os meus filhos. Eu prefiro dizer um não do que contar uma mentira. E, muitas vezes, nós vamos ter que dizer não.

A reforma da Previdência foi dura; a reforma tributária não foi uma tarefa



fácil. Mas nós construímos, com os governadores, com os deputados, com os senadores, não aquela reforma do sonho de cada um de nós, individualmente, mas aquela que era possível, em função do momento político que estávamos vivendo.

E vai ser assim, daqui para a frente. Para mim, não tem prefeito do PT, governador do PSDB. Na hora que você está exercendo o cargo máximo deste país, você não vê partidos, você vê seres humanos. E eu quero governar o Brasil para os 176 milhões de brasileiros, respeitando os direitos daqueles que gostam de mim, daqueles que não gostam de mim. Eu não confundo a minha relação de amizade pessoal com o papel de Chefe de Nação que o povo brasileiro me deu, nas eleições de 2002.

Por isso, quero parabenizar a direção da Dedini. Pela crença, pela credibilidade que vocês estão dando ao país; pela expectativa que vocês têm, inaugurando uma fundição como essa, de ter muito mais coisas para oferecer aos clientes de vocês.

Aqui estou vendo vários usineiros, e eu espero que eles continuem acreditando que é possível crescer, de que é possível vender lá fora. Eu estabeleci como meta que o nosso Governo tinha que ser uma espécie de mascote, na sua política externa. Nós não temos que ficar aqui, no Brasil, esperando que o russo venha comprar de nós. Não.

Agora mesmo, os russos fizeram uma política de importação de carne em que o Brasil ficou de fora. Eu poderia estar chorando na imprensa: “Ah, porque a Rússia nos deixou de fora”. Não. A nossa decisão é a seguinte: Furlan embarcou para a Rússia ontem, para ir lá discutir com os russos porque não comprar a carne brasileira do nosso querido “boi verde”, ao invés de se arriscar comprando carne que pode estar contaminada pela “vaca louca”.

Nós não vamos ficar esperando, chorando, lamentando. Todos nós só vamos para a frente se a gente estiver otimista. Se a gente está desempregado e fica em casa chorando porque não tem emprego, a gente nunca vai arrumar



emprego. Mas, se a gente sai, a gente pega um “bico”, corta uma grama, faz um muro, limpa uma coisa. Quem tem responsabilidade sabe que é assim que a gente faz. Quem não tem, fica xingando alguém pela sua própria desgraça.

Muito obrigado e boa sorte a todos vocês.

Eu esqueci de falar: eu e o Alckmin, nós não fomos para as Olimpíadas, mas o Sindicato nos condecorou com duas Medalhas do Mérito dos Metalúrgicos. Muito obrigado pela medalha.

/mcpro/lrj



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração oficial da Usina Padre Carlos**

Poços de Caldas, MG, 16 de janeiro de 2004

Meu caro companheiro Aécio Neves, governador do Estado de Minas Gerais,

Meu caro companheiro Anderson Adauto, ministro dos Transportes,
Minha querida companheira Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia,

Meu querido companheiro José Graziano, ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome,

Meu caro Walfrido Mares Guia, ministro do Turismo,

Meu caro Nilmário Miranda, secretário especial de Direitos Humanos,

Senador Eduardo Azeredo,

Deputado Geraldo Tadeu,

Deputado Odair,

Deputado Virgílio Guimarães,

Deputada Maria do Carmo,

Meu caro Fernando Pimentel, prefeito de Belo Horizonte,

Meu caro Paulo Tadeu, prefeito de Poços de Caldas, e sua senhora Vera Lúcia D'Arcadia,

Meu caro Cícero Machado de Moraes, diretor-geral do Departamento Municipal de Eletricidade,

Deputados estaduais,

Secretários municipais e estaduais,

Prefeitos aqui presentes,

Meus companheiros e minhas companheiras,



Em 2001, por ocasião da Caravana de Furnas, fiquei ciente do exemplar trabalho realizado pelo Departamento Municipal de Energia de Poços de Caldas, que atende, com geração própria, a 100% do consumo residencial e rural da área sob sua jurisdição.

O que mais me surpreendeu, contudo, foi o fato de que a cidade não conta com um rio potencial para abrigar uma grande hidrelétrica. E que, na verdade, o que parecia obstáculo acabou funcionando como estímulo à criatividade para aproveitamento dos pequenos ribeirões existentes.

Assim, preocupada em praticar menores tarifas e obter recursos que garantissem a qualidade de seus serviços, a prefeitura de Poços de Caldas iniciou, na década de 80, programa de ampliação da geração de energia por meio de pequenas centrais hidrelétricas.

A usina Padre Carlos, também conhecida como Rolador, que estamos inaugurando, já é a quinta central instalada pelo município e representa toda a experiência adquirida pela Prefeitura nos últimos 20 anos.

Totalmente automatizada, construída com recursos próprios e em harmonia com o meio ambiente, esta nova central está agregando ao parque gerador 7,8 megawatts.

Há razões de sobra, portanto, para que a Prefeitura de Poços de Caldas tenha conquistado tantos prêmios e seu Departamento Municipal de Energia tenha sido eleito melhor concessionário de energia elétrica do país em 2003.

Parabéns ao companheiro prefeito Paulo Tadeu, que, entre outras realizações, soube dar continuidade e mesmo aperfeiçoar a política integrada de gestão das águas de Poços de Caldas.

Parabéns pelo trabalho de despoluição dos rios, córregos e represas, pelo saneamento e interceptação dos esgotos, pelo plantio de mais de 400 mil árvores junto às nascentes e mananciais, e pelo tombamento das águas sulfurosas.

Meus amigos e minhas amigas,



É preciso criatividade, mas sobretudo planejamento, para garantir que não falte energia nem para o consumo atual nem para o desenvolvimento do país.

Com esse objetivo, criamos um novo modelo para o setor elétrico. Um modelo que respeita contratos, estimula investimentos privados e também garante que tenhamos, além de segurança no fornecimento de energia, o máximo de eficiência com as tarifas mais baixas possíveis.

Estamos, neste momento, retomando 17 obras de hidrelétricas que fornecerão ao país novos 4 mil 149 megawatts de energia. E há também outros 18 empreendimentos não iniciadas por razões ambientais. Todas terão em breve, uma solução. Porque, pela primeira vez, estamos colocando o meio ambiente para trabalhar junto com o Ministério de Minas e Energia, para que a partir do momento em que um projeto esteja pronto, o licenciamento também já esteja regularizado.

Temos 9 termelétricas em construção e 4 em ampliação.

Agora, com o novo modelo, as obras são feitas mediante avaliação preliminar do impacto ambiental, ou seja, quando a obra ainda está no projeto. Essas medidas evitarão que tenhamos empreendimentos parados, como esses 18 que mencionei.

Lançamos, também, o Programa Luz para Todos, em parceria com os estados, para levar energia elétrica, até 2008, a mais de 12 milhões de pessoas ainda carentes. Só sabe a importância da energia elétrica, quem já teve que anoitecer sob a luz do candeeiro. Quem não viveu isso, não dá a importância devida ao que significa um bico de luz.

Estaremos, além disso, lançando proximamente um programa de energias alternativas, como pequenas centrais hidrelétricas, eólicas e de biomassa. Estou certo de que o êxito da experiência de Poços de Caldas será aproveitado no projeto.



Vivemos, portanto, um momento histórico, pois estamos criando condições para que o país volte a crescer, tenha mais empregos e faça uma justa distribuição de renda.

Estou certo de que o modelo energético de Poços de Caldas é uma alternativa viável para vários municípios brasileiros. É também uma contribuição valiosa para dotar o país da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento.

É importante, meu companheiro Paulo Tadeu, meu caro governador Aécio Neves, meus ministros aqui presentes, meus companheiros e minhas companheiras, dizer para vocês que em 2002, eu resolvi fazer uma viagem pelo sul de Minas Gerais para visitar as cidades banhadas pelos lagos que fornecem a energia produzida por Furnas.

Tomei conhecimento da realidade de muitas das cidades aqui do sul de Minas Gerais e saí daqui, depois de visitar uma outra hidrelétrica, convencido de que era preciso o Brasil voltar a aproveitar as coisas que nós tínhamos. E a megalomania adotada na década de 70 era de construir as grandes hidrelétricas e desativar as pequenas quando, na verdade, se poderia ter construído as grandes hidrelétricas, deixando as pequenas continuarem a prestar serviços para cidades onde elas existiam.

Cheguei em São Paulo e a Dilma Rousseff participava junto com o companheiro Pingueli de um grupo que produziu uma proposta energética para a campanha de 2002. Entreguei um documento ao Pingueli mostrando o que tinha no Brasil. Mais de 1500 pequenas hidrelétricas desativadas, e muitas delas poderia ser reativadas porque já tinham barragem, porque já tinham máquinas que estavam paralisadas há tempos e porque já tinham causado os problemas que poderiam causar no meio ambiente há 30 ou 40 anos atrás.

Mas nós tomamos posse, e eu acho que está na hora, companheira Dilma, da gente começar a garimpar a situação dessas pequenas hidrelétricas espalhadas pelo país afora. Muitas delas vão precisar de manutenção.



Quando eu cheguei aqui, em Poços de Caldas, e fui visitar a hidrelétrica, o Cícero e o Paulo Tadeu me contaram que tinham algumas máquinas totalmente deterioradas e que eles tiveram que, praticamente, ser recuperadas. E todas estão produzindo.

É porque, normalmente, no Brasil, as pessoas param uma obra do outro prefeito ou do outro governador ou do outro presidente para fazer a sua. E você, ao invés de parar o que existia de bom em Poços de Caldas, você resolveu aperfeiçoar e hoje são significativas as homenagens que vocês têm recebido, pelo Brasil afora, e o reconhecimento de que só Poços de Caldas, em Minas Gerais, e Ijuí, no estado do Rio Grande do Sul, é que mantém essa extraordinária experiência de fazer funcionar pequenas hidrelétricas como essa que nós inauguramos hoje.

Eu penso que nesse garimpo, que nós vamos fazer pelo Brasil afora, sem fazer promessas quantitativas ou de tempo, nós vamos ter que começar a perceber que se depender do modelo que nós estamos aprovando, apresentado pela companheira Dilma, nós nunca mais teremos apagão no nosso país.

Nós fizemos a licitação, no final do ano passado, de cinco linhas de transmissões, que vai interligar, praticamente, todo o sistema brasileiro, que é uma das primeiras etapas para evitar que falte energia no Brasil.

Portanto, eu quero dizer aos empresários que estão aqui e a possíveis investidores: se vocês quiserem investir num país onde a ministra de Minas e Energia, o presidente da República, pode olhar na cara de vocês e afirmar que nós não temos medo do crescimento econômico, porque temos mão-de-obra qualificada, gente boa para o trabalho e energia de sobra, se Deus quiser, para agüentar o crescimento da economia do nosso país, esse país é aqui. Por isso haverá, nesses próximos anos, muito investimento em infra-estrutura e, sobretudo, na questão energética.

Portanto, eu quero dizer a vocês da minha alegria de estar aqui,



trazendo alguns companheiros para conhecer essa experiência maravilhosa, e voltar a Poços de Caldas é sempre muito importante. Eu vim a primeira vez aqui, em lua-de-mel, em 1969. Vocês ainda trafegam charrete por aqui, mas era normal a gente pegar uma charrete para ver o Véu da Noiva, Cachoeira das Antas. Eu fiz tudo isso com uma charrete.

Depois eu voltei em 79, antes de fundar o PT, aqui, no Congresso Nacional dos Metalúrgicos. Eu vim em Poços de Caldas como sindicalista, em 1979, numa grande greve que os metalúrgicos fizeram na Alcoa, e eu vim na porta da Alcoa fazer uma assembléia porque os dirigentes sindicais estavam sendo perseguidos naquela época. Nem dirigentes sindicais não eram. Eram os trabalhadores que estavam fazendo greve, porque o sindicato tinha uma posição meio conservadora com relação à greve naquela época. E depois nós viemos aqui num congresso dos metalúrgicos, quando nós tivemos a idéia de propor aos metalúrgicos a aprovação, no Congresso, da perspectiva da criação de um partido dos trabalhadores. Jamais me passou pela cabeça que eu voltaria no dia 16 de janeiro de 2004 como presidente da República, aqui, em Poços de Caldas. Jamais.

Todos vocês que acompanham a política sabem o sacrifício que o presidente da República fez, que o governador do estado fez e que a maioria dos prefeitos têm que fazer por este país afora, no primeiro ano de mandato.

O primeiro ano é o que nós chamamos de arrumar a casa, o primeiro ano é o que nós chamamos de preparar a casa para novos grandes exemplos e vocês estão lembrados que eu tomei posse dizendo que estava otimista com o Brasil, e passado um ano, depois de todas as dificuldades, eu posso dizer para vocês: eu duvido que tenha na face da terra um ser humano mais otimista do que eu com o futuro deste país.

O Aécio disse bem, a nossa geração tem que provar que o fato de pertencermos a partidos diferenciados, o fato de sermos adversários eleitorais numa eleição, não permite que sejamos pequenos ao ponto de deixarmos os



interesses do país e dos estados subordinados às nossas pequenas divergências, às nossas pequenas nuances, que são menores do que o desejo e do que a inspiração do povo deste país.

Eu aprendi na minha vida a não confundir as divergências políticas com a minha relação de amizade pessoal. Eu aprendi a não confundir as divergências político-ideológicas com uma relação que um chefe de Estado Federal tem que ter com um chefe de estado estadual ou municipal.

Tem uma relação institucional subordinada à vontade do povo de cada cidade ou de cada estado, que nos obriga a ter a grandeza de saber que quando eleito presidente da República, não tem mineiro, não tem pernambucano, não tem paulista, não tem gaúcho, não tem governador. Todos são brasileiros e, portanto, todos têm que ser tratados com dignidade e com respeito.

É por isso, que fizemos a reforma tributária e fizemos a reforma da Previdência. Duas reformas “tinhosas”, que deram trabalho, mas a primeira atitude que eu tive, foi chamar os 27 governadores para fazermos a chamada boa cumplicidade. E fizemos uma proposta enviada ao Congresso Nacional, que foi aprovada e, certamente, o tempo dirá quem foi beneficiado com essa reforma tributária.

Eu acho que os municípios ganharam mais, eu acho que os estados ganharam mais, eu acho que a União ganhará mais e eu acho que o povo ganhará mais porque a carga tributária vai ser menor e quanto mais gente pagar, mais a gente pode diminuir a carga tributária para aqueles que efetivamente pagam impostos no nosso país.

Quero dizer para vocês que estou otimista porque tenho andado o Brasil e o Mundo e a perspectiva que se tem sobre o Brasil é a melhor possível. Sou otimista porque conheço os problemas do Brasil, não de ouvir dizer, pois acho que há poucos lugares neste país por onde eu já não passei, ou de ônibus, ou de carro, ou de trem, ou em algum meio de transporte. E como eu, em 2000,



saí de Varginha para vir a Poços de Caldas, eu fiquei indignado com a qualidade das estradas que tinham para vir para cá. Fiquei indignado.

Do ponto de vista político, essa estrada era federal, depois, num acordo feito com o governo Itamar, essa estrada virou estadual. A mim não importa saber se ela é estadual, federal ou municipal. O que importa é que o governo do estado, o governo federal e os prefeitos da região precisam estabelecer quantas parcerias forem necessários para que, ao invés de ficar discutindo de quem é a responsabilidade de fazer, a gente garanta o direito de ir e vir das pessoas, da forma mais segura possível.

E eu sei que ainda não pudemos fazer nada. E nem era possível fazer, no primeiro ano, as coisas que nós queremos fazer. Mas nós sabemos que um país que não cuida das suas estradas, é um país que perde competitividade, é um país que perde emprego, é um país que perde produtos agrícolas, é um país que perde investimento, porque o que atrai investimento, não são os olhos do Presidente. Não é o fato do presidente ser bom ou ruim. O que atrai investimento e a musa que avoca a paixão dos investidores, é a oferta de infraestrutura que nós pudermos oferecer a quem quiser investir no nosso país. E isso nós vamos cuidar com carinho.

Não vou fazer promessa, Paulo Tadeu, porque não faz parte da minha política fazer promessa. Mas o Paulo Tadeu estava me colocando um problema que tem nesta cidade, da chamada Avenida Alcoa. É um problema sério, é uma obra importante para a cidade. Eu poderia aqui dizer: não, nós vamos fazer. Não vou dizer. Eu ouvi a demanda do Paulo Tadeu, está aqui o ministro dos Transportes, nós vamos, depois, conversar direitinho e ver o que é possível fazer. Eu prefiro não prometer e vir fazer, do que prometer e não aparecer nunca mais aqui, como muitas vezes acontece na História do nosso país.

E eu também tenho que tomar cuidado, porque como eu, ao terminar o meu mandato, vou continuar andando pelo Brasil, conversando com vocês, eu não posso prometer aquilo que eu não posso fazer, porque vocês vão me



cobrar. Alguns nunca mais aparecerão, mas como a minha origem se deu exatamente nessa convivência com o povo brasileiro, eu não posso largar disso. Eu digo sempre, alguns podem viajar para outro lugar, mas eu tenho que voltar para São Bernardo, a 600 metros do meu sindicato. Então, eu não posso fazer nada que possa machucar aqueles que são a origem da minha existência política e a razão pela qual eu resolvi disputar tantas eleições até ganhar uma.

Quero dizer para o governador Aécio Neves que Minas Gerais merece, do governo federal, o respeito pelo que Minas representa do ponto de vista econômico, pelo que Minas representa do ponto de vista político, pelo que Minas representa do ponto de vista cultural. De vez em quando alguns dizem: “Será que o Brasil seria o Brasil se não fosse Minas Gerais?” Eu acho que sim por causa de Pernambuco, entretanto, como eu acho que, em algum momento, em outra encarnação, eu fui mineiro, fico feliz em dizer a todos vocês que por mais que a gente faça por Minas Gerais, a gente nunca fará tudo o que Minas Gerais merece porque, afinal de contas, foi aqui, dessas bandas do solo brasileiro, que brotou a independência do nosso país.

Muito obrigado, gente, e até outro dia.

/rss/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de lançamento do Pólo de Biocombustíveis**

Piracicaba-SP, 16 de janeiro de 2004

Meu caro Geraldo Alckmin, governador do estado de São Paulo,
Meu caro amigo Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento,

Minha querida Dilma Rousseff,

Meu caro companheiro Graziano, ministro da Segurança Alimentar,

Professor Adolpho Melfi, reitor da Universidade de São Paulo,

Meu caro prefeito de Piracicaba, José Machado,

Meu caro José Roberto Parra, diretor da Escola Superior de Agricultura
Luiz de Queiroz,

Companheiros deputados,

Meus queridos deputados estaduais,

Prefeitos,

Professores,

Funcionários e alunos da ESALQ,

Eu fico pensando que, se vocês soubessem que a criação do Pólo de
Biocombustível fosse ter sete discursos, vocês fariam: “Deixa para criar em
outra oportunidade”.

Mas, eu não sei se todos pensam como estou pensando agora. Nesse
mundo globalizado, em que a disputa é cada vez mais acirrada, em que as
pessoas chutam da canela para cima e os países estão todos tentando
conquistar um espaço neste planeta, que está ficando pequeno. E que nós,
seres humanos, tratamos, ao longo desses últimos anos, apressar a piora da
qualidade de vida no nosso planeta.



Eu acredito que para construir o Brasil que nós sonhamos, uma nação definitivamente dona do seu nariz, uma nação soberana, uma nação respeitada – não porque o presidente fala grosso – mas respeitada porque disputa, palmo a palmo, em vários campos, com outros países. Para a gente construir essa nação, nós precisaríamos ter algumas coisas. Porque hoje, no mundo, se respeita uma nação quando ela tem um alto conhecimento tecnológico; se respeita uma nação quando ela tem um alto poder econômico e quando ela tem um alto poder bélico.

O Brasil fez algumas opções. Nós assinamos o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. Portanto, se somos defensores da luta apenas com pétalas de rosas, achamos que somos um povo da paz e pela paz.

Nós achamos que temos conhecimento suficiente para disputar outras coisas. Achamos que o Brasil tem uma oportunidade singular de se firmar, no mundo, enquanto uma nação que disputará com outras nações, não hegemonias, mas políticas de parcerias sem que sejamos tratados como um eterno país em desenvolvimento, vinculado a um continente terceiro-mundista.

Muitas vezes nós somos os culpados de não termos ocupado um espaço mais importante nesse mundo tão grande e tão pequeno ao mesmo tempo. Muitas vezes deixamos de investir em pesquisa, quando era preciso investirmos. Muitas vezes deixamos de investir na educação fundamental da nossa juventude, do nosso povo, quando deveríamos ter investido. Nós poderíamos ter dado passos, há 40 ou 50 anos atrás, que estamos tentando recuperar agora.

Não é fácil disputar um jogo, quando você começa perdendo de dois ou três a zero. Mas acredito que o Brasil se preparou para disputar esse jogo, mesmo saindo em desvantagem.

Acho que a evolução da Humanidade, a defesa do meio ambiente, a preservação da natureza, hoje tão forte no seio dos seres humanos, está fazendo surgir para o Brasil algumas possibilidades que muitos de nós não



tínhamos consciência há alguns anos.

Vejam vocês: a política do álcool, criada num momento de emergência deste país por conta da crise do petróleo, na década de 90, quase que começa a ser extinta, porque era feio e até mal visto na sociedade quem fosse usineiro que produzisse álcool ou açúcar. Tentava-se impingir no conjunto das pessoas que produziam álcool e açúcar a culpabilidade por erros concomitantes de governos e de produtores, ao invés de selecionar aqueles que tinham cometido os delitos, puni-los, mas continuar valorizando aqueles que continuavam dignamente produzindo, acreditando e gerando empregos neste país.

É importante lembrar que chegamos a ter, praticamente, 90% dos carros a álcool, 90% dos carros brasileiros produzidos eram a álcool. E, de repente, como num passe de mágica, sem que dependesse da decisão política do Governo brasileiro – e não sabemos de onde veio a decisão – nós chegamos praticamente a zero. Não se levou em conta a questão da matriz energética renovável, do combustível renovável, não se levou em conta a geração de empregos, a geração de riquezas. Ou seja, interessava a alguém destruir e “Vamos destruir”, ao invés de aproveitarmos o conhecimento que já tínhamos e aperfeiçoar a nossa tecnologia, para que a gente pudesse vender ao resto do mundo aquilo que produzíamos.

Possivelmente, isso tenha sido resultado de uma certa cultura de dominação, onde, muitas vezes, somos induzidos a acreditar que o que fazíamos era pior do que aquilo que era feito lá fora. Então, se fosse bom para outros, era bom para nós. Mas, se fosse bom para nós, produzido por nós, não era tão bom para nós quanto deveria ser.

Estamos aqui, hoje, nesta cidade extraordinária de Piracicaba, possivelmente cercados por parte da inteligência brasileira, das pessoas que acreditam em pesquisa, discutindo o lançamento de um programa de biodiesel, acreditando que o mundo caminha para utilizar um sistema de combustível renovável, que o mundo caminha para ser menos poluidor e caminha para



construir uma qualidade de vida melhor. E para que cada país consiga extrair, de dentro do seu território, aquilo que podem ser as alternativas econômicas para o nosso país.

A primeira vez que o Roberto Rodrigues falou comigo do biodiesel, logo no começo do governo, eu até pensei que a gente já tinha uma fábrica. Nós estávamos discutindo o semi-árido nordestino. Se não tomarmos cuidado e não colocarmos num programa como esse uma determinada função social, obviamente que sem desprezar o econômico, nós corremos o risco de garantir que um projeto desse possa produzir biodiesel apenas de algumas coisas que já têm capacidade de produção extraordinária e que os pequenos não teriam condições de produzir.

Eu estou dizendo isso porque o objetivo não é anular a possibilidade de quem quer que seja produzir biodiesel, mas a prioridade é garantir, já que estamos tirando proveito daquilo que a natureza nos oferece e daquilo que a inteligência brasileira pode produzir. Quem sabe, seja uma extraordinária oportunidade para que a gente pegue as áreas mais pobres deste país, através da mamona, através da palma, e a gente consiga gerar uma oportunidade de conquista de dignidade por pessoas que há 300 anos vivem, no Brasil, sendo citados em livros, em jornais, em programas especiais apenas pela questão da fome e da miséria. Apenas pelo fato de serem nordestinos pobres, que vêm para o Centro-Sul rico e que, muitas vezes, ficam morando em piores condições do que moravam lá.

Eu fiquei entusiasmado com a idéia. Fiquei entusiasmado porque, como sou nordestino, e tive que sair de lá em 1952, por conta da seca, eu acho que não é possível que a seca ainda seja a razão pela qual as pessoas deixem algumas regiões do país.

Nós já temos tecnologia avançada, não para ficar brigando com a seca, porque aqui, no Brasil, também do ponto de vista cultural, nós utilizamos determinadas terminologias que dificultam encontrarmos soluções para os



problemas.

Eu, durante 20 anos de minha vida, ouvi as pessoas dizerem: “Nós temos que brigar contra a seca. Nós temos que vencer a seca. Nós temos que derrotar a seca”. Ora, minha Nossa Senhora! A seca é um fenômeno da natureza, a gente não vai conseguir evitar que tenha seca.

Eu nunca vi, no Canadá, alguém brigar contra a neve. Nunca vi, na Europa, algum governo dizer: “Puxa, isso aqui não vale nada, porque tem cinco meses por ano que está coberto de neve. Nós temos que enfrentar isso”.

Nós temos que estabelecer políticas de convivência com as situações de intempéries adversas, no nosso país. Nós temos o sol, temos o solo, poderemos ter água, mas nós temos alguns produtos que quis Deus que pudessem nascer nas regiões mais pobres do país, sem precisar de grandes tecnologias.

Então, um projeto como este tem que ter, uma parte pensada comercialmente, pensada para disputar, mas tem que ter uma parte pensada socialmente. Tem que ter uma parte dele pensada para quem a gente quer que isso possa gerar empregos.

E não precisa fazer nenhuma revolução agrária. As pessoas já têm as suas pequenas propriedades, no semi-árido nordestino, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais e em outras regiões pobres deste país. Uma parte dessa gente precisa ser beneficiada. E, quem sabe, até a gente consiga, num tempo em que outros não conseguiram, fazer com que o Nordeste brasileiro não apenas da beira da praia, mas o Nordeste brasileiro do semi-árido possa servir de motivo de orgulho para todos nós.

Por isso, quero dar os parabéns ao companheiro Roberto, à companheira Dilma, a outros ministros do meu governo que participaram de uma reunião que fizemos, ao magnífico reitor, aos professores e aos cientistas que vão participar deste fórum, aos empresários, a quem, certamente, vamos pedir um pouco de recurso para fazer as coisas que precisam ser feitas.



Quero agradecer a vocês, dar os parabéns a vocês, dizer ao Machado que Piracicaba é uma cidade diferenciada. Um dia, quem sabe, daqui a alguns anos ou daqui a algumas décadas, a gente tenha todas as cidades brasileiras com a qualidade de vida que tem Piracicaba. Aí, não teremos mais problemas de miséria absoluta como temos em algumas regiões do país.

Quero dizer para vocês que vamos apostar nesse trabalho. Vamos apostar e vamos jogar o peso que o governo pode jogar para contribuir para que esse pólo transforme a política de biodiesel numa coisa verdadeira e a gente possa começar a vender o produto para outros países do mundo, porque, certamente, a partir de 2008, o protocolo de Kioto os obrigará a utilizar combustíveis menos poluentes do que os que utilizamos hoje.

Aprendi uma coisa, que tem notabilizado a vida de Roberto Rodrigues, que tem notabilizado a vida do Furlan, a vida do Celso Amorim. Tenho dito a eles: olhem, em política, não existe espaço vazio. Não tem vácuo. Se alguém levanta um pé, quando ele for colocar o pé, de volta, terá um no lugar. Em política econômica e comércio exterior não há espaço vazio e nós não temos o direito de ficar, aqui no Brasil, chorando as coisas que não estamos vendendo lá fora. Temos que competir.

Me lembro que, quando chamei o Furlan, falei: Furlan, quero que você seja um mascate. Quero que você saia pelo mundo afora vendendo as coisas boas que o Brasil tem para vender. Não é vender empresas estatais. É para vender produtos brasileiros. É vender os produtos que o Brasil precisa.

Por isso, temos viajado e levado empresários. Levamos empresários para a África e alguém dizia: “Mas o que eu vou fazer na África?”. Vamos descobrir a África comercialmente, como, um dia, o Brasil foi descoberto. Vamos ter que discutir com os africanos que possibilidade o Brasil tem de ajudá-los a ter conhecimento, para que eles possam, num momento muito próximo passar a ser consumidores do Brasil ou a vender produtos para o Brasil.



Quando fomos para o Oriente Médio, perguntaram: “O que vamos fazer no Oriente Médio?” Nós vamos levar o Brasil. Vamos mostrar o Brasil para o Oriente Médio. Vamos mostrar para todos os países árabes que não existem apenas os Estados Unidos ou a Europa, que eles olhem o mapa do mundo, um pouco à sua esquerda, um pouco para baixo, para ver que tem um continente, que existem vários países, e países importantes, dentre eles, o Brasil, e que existe o Mercosul.

Agora, por exemplo, o Roberto vai viajar para a Rússia. Os russos, não sei por que “cargas d’água”, decidiram, na lei de cotas lá, que 70% da carne que eles compram são dos Estados Unidos. Aí, dividiram um monte de países e colocaram o Brasil entre outros. Eu já tive duas reuniões com o presidente Putin, em dois encontros anteriores, um em Evian e outro na ONU. Então, quero que os ministros vão lá para dizer: “Por que não comprar carne do Brasil? Por que um país do tamanho do Brasil, com a capacidade produtiva do Brasil, sem o risco da “vaca louca”, porque aqui o boi é “boi verde” mesmo, e a carne de qualidade. Por que não comprar uma parte da carne do Brasil? Por que não comprar uma parte dos produtos brasileiros?”

Quando eu falo mascate é por isso: eu lembro da idéia do mascate, quando eu tinha uns 15 anos de idade. Eu já contei isso umas 30 vezes. Chegava lá, na porta de casa, batia palmas e minha mãe dizia: “Eh, já está “não sei quem” aí para vender as coisas. Eu não quero”. Mas tinha que ir lá dizer que não queria. E, ao chegar lá para dizer que não queria, papo vai, papo vem, depois de meia hora voltava para dentro de casa com um pacotinho de pano embaixo do braço, para pagar não sei em quantas prestações, mas comprava.

Então, o Brasil tem que fazer assim. Não é possível a América do Sul ser esse Continente que tem fronteiras com o Brasil, dez países e a gente perder a competitividade com outros países.

Então, eu tenho dito o seguinte: “Olhe, nós não vamos ficar esperando.



Se nós quisermos conquistar espaço no mundo da ciência, no mundo da indústria, no mundo da agricultura, nós temos que disputar”. Isso é que nem uma final de Copa do Mundo: não tem moleza. Nenhum governo do mundo está preocupado em dar uma cota para o Brasil porque no Brasil tem criança com fome. Ninguém está preocupado em comprar do Brasil porque no Brasil tem desemprego. Eles estão preocupados em comprar quando o produto é bom e de qualidade; a um preço bom, eles compram. E, muitas vezes, com decisão política.

Então, eu aprendi uma coisa: respeito é bom, eu dou e gosto de receber. E o Brasil vai ocupar o espaço que ele já deveria ter ocupado há muito tempo, nessa geografia do nosso Planeta. Vamos ocupar de verdade.

E nós sabemos que para ocupar esse espaço a pesquisa tem que ser levada a sério pelo Governo Federal, pelos Governos Estaduais, pelos estudantes, pelos pesquisadores e pelos Centros de Pesquisa, neste país.

Eu tenho compromissos assumidos há muitos anos. Eu não posso não cumprir meus compromissos, porque são históricos: o de dobrar a verba para pesquisa, neste país.

Nós fizemos uma reforma tributária. Eu ouvi, aqui, um depoimento fantástico, de que o fato de você abrir mão do imposto não significa que você arrecada menos. Nós, ontem, anunciamos a isenção de 30% do IPI para bens de capitais. E, nos próximos três anos, iremos zerar a cobrança de IPI para bens de capitais.

Nós queremos adotar uma outra política: é cobrar menos para que todos paguem. E, quando todos pagarem, nós vamos arrecadar mais do que arrecadamos dos poucos que pagam, hoje. E, aí, vamos ter dinheiro para pesquisas, vamos ter dinheiro para fazer os nossos Centros de Pesquisas sobreviverem e disputarem, com o chamado “mundo desenvolvido”, a primazia de não sermos exportadores de matérias-primas ou de produtos in natura, mas de sermos exportadores de conhecimento.



Obrigado, meus queridos companheiros. Obrigado, Reitor. Obrigado, professores. Obrigado, Governador. Obrigado Roberto Rodrigues. Obrigado Dilma. Obrigado, José Machado. E podem ter certeza que nós, logo, logo, iremos festejar a exportação do biodiesel fabricado pelo nosso querido país.

Muito obrigado e bom trabalho.

/mcpro/lrj



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no anúncio da reforma ministerial

Palácio do Planalto, 23 de janeiro de 2004

Primeiro, uma brincadeira com um companheiro da imprensa, que hoje publicou uma matéria de que o presidente Lula está envelhecido e que a pressão da sucessão estava tão grande, que eu estava até de boca torta, quando sorria. Espero que ele esteja aqui, olhando, para perceber que não estou de boca torta.

Bem, meus companheiros,

Meu querido companheiro José Alencar, companheiro que não posso substituir – nem ele, nem eu – no exercício do mandato,

Quero dizer para vocês que o momento de uma reforma no governo é sempre um momento doloroso, do ponto de vista político e do ponto de vista humano, sobretudo para mim, que aprendi, ao longo da vida, estabelecer uma relação de amizade muito forte com as pessoas com quem convivo. E é sempre muito difícil, por qualquer que seja o motivo, você dizer a um timoneiro que ele não está mais na direção do seu barco.

De qualquer forma, quando se é eleito presidente da República de um país do tamanho do Brasil, a gente não pode permitir que a relação de amizade seja a sua prática política, apenas para manter um governo. Aqui, todos deputados e ministros sabem que o papel de um chefe de Estado é fazer coisas boas e, muitas vezes, tem coisas ruins, como dizer a um companheiro que ele não está mais com você no Governo.

Essa reforma vem sendo anunciada há algum tempo e aconteceu somente hoje, porque seria hoje que ela tinha que acontecer. Não foi ontem, nem será amanhã. Ela tinha que ser hoje, porque as condições políticas de hoje é que estão permitindo que a gente faça essa reforma política. E eu não



queria fazer uma coisa na base do conta-gotas – a cada mês ou a cada quinze dias, anunciar a saída ou a entrada de um ministro. Resolvi fazer toda a reforma de uma só vez, porque, ao terminar este ato, está consolidada a reforma ministerial que eu me propus a fazer, a não ser que aconteça algo superior, que obrigue o Governo a tomar uma outra posição.

Quero dizer, sobretudo aos companheiros que vou citar agora, que espero que cada ministro novo tenha consciência de que não existe política de ministro no Governo. Existe política de Governo para o Brasil. Como fizemos no ano mais difícil que um Governo poderia ter tido, que foi o nosso primeiro ano de Governo – quando trabalhamos de forma unitária, trabalhamos como se fosse uma verdadeira equipe, no bom sentido, com muito entrosamento e com muita respeitabilidade entre as pessoas – espero que este ano seja o ano em que a gente aperfeiçoe tudo aquilo que não conseguimos fazer no ano passado, porque, neste ano, acho que o Brasil entrou numa outra rota, numa rota de crescimento econômico e de desenvolvimento, e não temos tempo para coisas menores. Temos que continuar pensando que o Brasil precisa ocupar o seu lugar de destaque no mundo e que o povo brasileiro precisa parar de ser tratado como um povo que vive num país subdesenvolvido.

Eu digo o tempo inteiro que o Brasil precisa dar uma chance ao Brasil. Acho que esta chance chegou e o Brasil precisa segurá-la com unhas e dentes.

Portanto, eu quero dizer a vocês da imprensa, que o companheiro Eduardo Campos, companheiro do PSB, está neste momento assumindo o cargo de ministro da Ciência e Tecnologia no lugar do companheiro, também do PSB, Roberto Amaral.

Quero dizer que o companheiro Jaques Wagner está assumindo o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, no lugar do companheiro Tarso Genro.

Quero dizer ao companheiro Jaques Wagner, que o representante do Conselho, o secretário do Conselho que eu criei, porque entendia que era



preciso criar um canal muito forte como a sociedade brasileira, vai fazer parte da coordenação de governo, a partir de agora.

Quero anunciar a companheira Nilcéa Freire, secretária Especial de Política para Mulheres, que vai substituir a nossa querida companheira Emília Fernandes.

Quero dizer que o companheiro Aldo Rebelo, que prestou um serviço inestimável como líder do governo na Câmara dos Deputados, assume a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, dividindo esta tarefa excepcional que o companheiro José Dirceu, sozinho, cumpriu no ano passado. Precisaria dois Golias e o José Dirceu conseguiu dar conta da relação com o Congresso e da administração interna do Governo. Nós precisamos aperfeiçoar a administração interna e o companheiro José Dirceu vai cuidar disso. E o Aldo vai cuidar da questão da relação institucional.

Quero dizer que o companheiro Miro Teixeira será o futuro líder do PT, ou melhor, do Governo, na Câmara dos Deputados.

Quero dizer a vocês que o companheiro Tarso Genro assumirá o Ministério da Educação, no lugar do companheiro Cristovam, que assumirá o seu cargo de senador.

Aqui um parêntese. O Cristovam está em Portugal. Eu liguei para ele, porque eu ia me encontrar com ele, depois de amanhã, na Índia, e pretendia conversar com o Cristovam na vinda, quando chegássemos ao Brasil. Entretanto, como alguém da imprensa soube e houve uma divulgação exagerada, eu liguei para o Cristovam, não só pela amizade que eu tenho com ele, mas porque eu não poderia fazer uma viagem para a Índia e ter que, a cada minuto, responder na Índia à pergunta se iria ou não trocar o ministro.

Pedi para o companheiro Cristovam viajar comigo para a Índia e ele disse que preferia voltar para conversar com a equipe dele aqui e fazer a transição, a transmissão de cargo na próxima semana.

Quero dizer que o companheiro Ricardo Berzoini deixou a Previdência



Social, depois de um magnífico trabalho que fez na reforma da previdência, e está assumindo o Ministério do Trabalho e Emprego no lugar do companheiro Jaques Wagner. E, ao mesmo tempo, quero dizer que o companheiro senador da República do PMDB, Amir Lando, está assumindo a Previdência Social, que até então era ocupada pelo Ricardo Berzoini.

Quero dizer que o companheiro Patrus Ananias será o novo ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, assumindo a unificação de dois ministérios, um que era ocupado pela companheira Benedita da Silva e outro que era ocupado pelo companheiro José Graziano. Os dois foram fundidos e haverá um único ministério, agora coordenado pelo companheiro Patrus Ananias.

Na minha lista, está faltando um nome. Tem uma música: “está faltando nome...” Não está faltando nome, não. Falta o nome do companheiro Eunício, na Comunicação. Não minha lista, aqui, não tem o companheiro Eunício na Comunicação. O companheiro Eunício, deputado, líder que ajudou muito o PT na votação das reformas, estará ocupando o lugar que o Miro Teixeira ocupou com tanta galhardia até o dia de hoje.

Agora, eu queria dizer umas palavras aos companheiros e companheiras que estão deixando o Governo e dizer muito mais para a imprensa. A gratidão que tenho pelos companheiros que estão deixando o Governo, para alguns, é uma gratidão de uma relação política de muitos e muitos anos, uma relação política desde os primórdios do PT. São companheiros que começaram comigo, como a companheira Benedita da Silva, como o companheiro Graziano e tantos outros. E esses companheiros tiveram um ano muito difícil, porque criamos alguns ministérios novos e tomamos uma decisão de trabalhar com a mesma estrutura que tínhamos antes, sem fazer nenhuma contratação.

Muitas vezes, os companheiros passaram seis meses sem ter sala para trabalhar, embora fossem ministros, porque queríamos fazer um rearranjo na estrutura do Palácio do Planalto. E não pensem que é fácil a gente conseguir



uma sala. Na redação, quando vocês da imprensa querem ocupar uma sala um pouco maior e vão pedir para um companheiro, é quase impossível. Você transforma uma simples sala numa questão de política de Estado. Além dos poucos recursos com que os companheiros tiveram que trabalhar.

Quero dizer a esses companheiros que sou um ser humano feliz, por ter convivido nesse primeiro ano de Governo com todos eles. Tenho certeza de que continuarei convivendo com eles nas ações políticas, por este Brasil afora. E tenho certeza de que, mais do que ninguém, todos eles compreendem que todo Governo – eu não serei o último, nem fui o primeiro – faz mudanças durante o seu mandato. E que nenhum companheiro tenha qualquer possibilidade de entendimento de que a troca de ministros é porque alguém que entra é melhor do que alguém que sai. Embora o Pelé tenha sido o melhor jogador do século, algumas vezes ele foi substituído, e nem por isso o que entrou era melhor do que ele. Tudo se devia às circunstâncias do jogo. E, aqui, se deve às circunstâncias da política e do funcionamento do Governo, porque queremos trabalhar de forma mais aprimorada.

Portanto, meus parabéns aos companheiros e às companheiras que estão saindo. Meus agradecimentos. Espero que continuemos juntos nessa batalha.

Aos que entram, espero que vocês tenham a mesma dedicação, a mesma afinidade de equipe que tivemos com os companheiros que estão saindo.

E espero que a gente consiga – esse é o meu desejo, a minha crença e a razão pela qual estou muito otimista – espero que vocês, como eu, trabalhem incansavelmente, 24 horas por dia, para que a gente possa fazer as transformações que tanto o nosso querido Brasil precisa fazer: a economia crescer, gerar os empregos que tantos brasileiros e brasileiras esperam que aconteça neste ano. Os índices já estão mais promissores e eu continuo acreditando que a cada mês esses índices vão melhorar



Eu queria agradecer aos companheiros do PMDB, ao seu presidente, Michel Temer, ao líder no Senado, Renan Calheiros, ao companheiro Aluizio Mercadante, líder do governo no Senado. Sem essas peças, possivelmente nós não conseguíssemos o entrosamento que estamos agora tornando a política materializada.

Eu um dia disse ao companheiro Eunício: O reencontro do PT com o PMDB é mais do que uma aliança política. Até porque como quase todos os militantes históricos do meu partido um dia pertenceram ao velho partidão, é motivo de orgulho, pois muitos de nós um dia fomos militantes do PMDB. Eu acho que pouquíssima gente não esteve no PMDB em algum momento.

As circunstâncias políticas fizeram com que cada um fosse para um partido político e nos encontramos agora, com divergências – muitas vezes pensamos coisas diferentes sobre assuntos diferentes e não queremos que isso não seja assim – a aliança política se dá no momento em que as pessoas estabelecem pontos comuns de ação e de trabalho e nós chegamos a essa aliança política, porque compreendeu o PT a necessidade de ter o PMDB como um partido participante da sua base de sustentação e compreendeu o PMDB que, pela sua própria história, não poderia negar, ao novo Governo, a sustentação necessária para que nós pudéssemos, não apenas aprovar as reformas que precisamos aprovar, mas que nós pudéssemos ter tranquilidade na governabilidade do nosso país.

Esse entrosamento, acontece um ano depois de tomarmos posse e eu queria fazer justiça, porque já falei do presidente do PMDB e dos dois líderes, mas eu acho que dentro do PT, o papel do companheiro José Genoíno, presidente do PT, e o trabalho do José Dirceu, como articulador político no Congresso Nacional, foram de uma grandeza capaz de nós mensurarmos.

Porque o que aconteceu este ano, ou melhor no ano passado, não estava previsível nas escritas dos melhores cientistas políticos deste país. Nem que nós pudéssemos concretizar o que estamos concretizando hoje. Nem que



nós pudéssemos aprovar as reformas como nós fizemos em apenas 7 meses. Lógico que há gente que não gosta que isso aconteça.

Tinha gente que gostaria que o PT viesse para o Governo e continuasse sendo oposição ao próprio PT. Tinha gente que entendia que o PT chegando ao governo deveria ter o mesmo discurso que tinha antes de ser Governo. Era humanamente impossível, porque a realidade política, quando se ganha um país da dimensão do Brasil, e quando se descobre que a sociedade é mais heterogênea do que um partido político, tem mais segmentos da sociedade representado do que as correntes dentro de cada partido político. Ou nós compreendemos isso e nos articulamos para sair da fase do “eu acho” para entrar na fase do “eu faço” e fazemos, ou nós não governamos uma cidade, não governamos um estado e muito mais um país do tamanho do Brasil.

Portanto, meus companheiros, eu digo sempre: Deus, foi por demais generoso comigo ao permitir que eu chegasse à Presidência da República. Está certo que fui insistente. Acho que isso Deus levou em conta. E quero dizer aos companheiros ministros, aos parlamentares e aos meus amigos da imprensa, vou repetir o que tenho dito sistematicamente: eu não sou cientista político, mas quero fazer política como nenhum cientista político fez neste país. Quero fazer aquilo que o Brasil precisa que seja feito e que não pode esperar. Quero conversar com as pessoas de bem deste país, para que a gente possa construir conjuntamente o país dos nossos sonhos.

Por isso, quero terminar dizendo para vocês, porque vamos assinar, agora, o ato de posse dos ministros: podem estar certos de que, se nós não falharmos nos primeiros doze meses, quando a maré estava revolta e o casco do barco não estava tão seguro, este ano será infinitamente melhor, o ano que vem será infinitamente melhor do que este ano, e 2006 será infinitamente melhor do que 2005.

Quero, ao terminar o meu mandato, poder voltar onde nasci, não em Caetés, mas nas portas das fábricas, para a política e, quem sabe,



cumprimentar os meus companheiros com a leveza de um ser humano que cumpriu aquilo que prometeu, que conseguiu cumprir aquilo que foi a razão pela qual eu cheguei à presidência da República.

Muito obrigado aos ministros e ministras que estão saindo. Meus parabéns aos ministros que estão entrando. E boa sorte para o Brasil e para o povo brasileiro, porque todos nós precisamos, antes de tudo, ter em conta que este país não dará certo se a gente governá-lo apenas com a racionalidade do nosso cérebro ou com a frieza dos números. Este país, no meu Governo, vai respeitar os números, vai respeitar a racionalidade do cérebro, mas, sobretudo, este país vai ser governado com muito coração. Isso eu garanto a vocês.

Muito obrigado e boa sorte.

/lrj/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração da Fonte Multimídia do Parque do Ibirapuera
São Paulo-SP, 23 de janeiro de 2004**

Minha querida prefeita de São Paulo, Marta Suplicy,
Meus companheiros ministros,
Meus caros deputados estaduais, deputados federais, senadores,
Meu caro representante do governador Geraldo Alckmin,
Empresários aqui presentes,
Trabalhadores e trabalhadoras de São Paulo,
Companheira Marisa,
Companheiro Favre,
João Paulo Diniz,

Primeiro, eu jamais imaginei participar da inauguração de uma fonte, aqui, no Parque do Ibirapuera.

Eu viajo muito para o Rio de Janeiro – viajava mais quando não era presidente –, ficava nos hotéis do Rio de Janeiro, ali, no Aterro do Flamengo, e ficava fascinado com aqueles campos de futebol, aquelas praças desportivas. Às vezes, um companheiro do Rio de Janeiro que sai do seu trabalho, às 2, 3 horas da manhã e tem, perto da praia, um campo iluminado, junta os companheiros que trabalham com ele num hotel, numa fábrica, num bar, numa boate e vai jogar bola, vai se divertir, fazer sua ginástica antes de ir para casa.

Além disso, grande parte das capitais brasileiras têm praias. E o povo que mora perto de uma praia tem muito mais possibilidades de lazer do que nas cidades que não têm praia.

São Paulo precisa parar de ser vista como a capital de São Paulo. São Paulo é uma cidade para a qual tudo que fizermos é pouco, diante do que ela



já fez pelo Brasil. É muito pouco.

Esta cidade é a mais brasileira de todas as cidades, porque muitas outras cidades pelo Brasil afora têm apenas os companheiros que nasceram e que moram naquelas cidades. A minha cidade, Caetés, tem gente de Caetés; Garanhuns, tem gente de Garanhuns. Outras capitais têm uma maioria absoluta de gente que nasceu na capital. São Paulo é a mais brasileira, porque duvido que haja um bairro na cidade que não tenha pernambucano, cearense, baiano, sergipano, paranaense, catarinense, gaúcho, ou seja, cada bairro está representado pela cara do povo brasileiro.

E mais ainda: São Paulo é uma cidade mundial, porque tem o coração do tamanho do coração de uma mãe. Aqui moram, praticamente, pessoas de todos os países do mundo. Eu duvido que haja algum país do mundo, por menor que seja, que não tenha alguém recebendo o carinho e as oportunidades de sobrevivência que São Paulo oferece.

Portanto, São Paulo precisa ser uma cidade bonita, precisa ser uma cidade bem tratada. Eu venho muito à Assembléia, aliás, eu vinha mais à Assembléia, passava muito por aqui e não me conformava de ver o grande centro de lazer de São Paulo, depois das 7 horas da noite, praticamente às moscas – às moscas, não, porque mosca, à noite, está dormindo também, mas estava sem ninguém – e este lago aqui, também, sem muita beleza para os olhos do povo que passava de carro, correndo, e nem o via.

E, como viajo também o mundo, acho que tudo o que é bonito para mim é bonito para todos, porque, quando algo é bonito, é bonito, não tem meio termo. E eu achava que este Parque, aqui, precisaria ter vida, 24 horas por dia, de segunda à sexta, para que uma pessoa que estivesse andando ou passando aqui, na avenida, visse este Parque como uma coisa atraente, que pudesse mostrar que São Paulo é uma cidade bonita.

E foi com uma grata satisfação que, um dia, conversando com a Marta, eu falei da importância desta praça. Depois, esqueci. Nunca mais eu me



lembrei. E há uns dez dias, quando a Marta foi a Brasília, ela me disse: “Presidente, eu queria que você fosse a São Paulo, para inaugurar a fonte”. E eu perguntei: que fonte? Ela falou: “A Fonte do Ibirapuera. Porque o Grupo Pão de Açúcar, liderado pelo Abílio Diniz, resolveu tornar a vida do povo paulista um pouco mais doce e nos dar essa fonte de presente. Se fôssemos fazer com o dinheiro da Prefeitura, ia aparecer aquele para dizer que estávamos gastando com coisa supérflua, aquele que iria entrar com uma ação popular” Ou seja, não falta alguém para ter uma atitude “cricri” com uma obra dessas e não é nem por maldade e porque o mundo é assim.

Então, quero dizer para vocês que estou satisfeito de ver um pedido meu e da Marta ser concretizado nesta cidade, porque, embora não seja nascido aqui, devo o que sou ao que aprendi e vivi em São Paulo. Foi em São Paulo que dei os primeiros passos para chegar até onde cheguei. Acho que, não apenas eu, mas milhões de brasileiros devem muito a São Paulo.

Por isso, Marta, queria dizer a você da minha alegria, da minha satisfação em saber que você está mudando a cara de São Paulo. São Paulo não é apenas a cara do trabalho, porque se tem gente que tem direito ao lazer é exatamente o povo que trabalha. E, se São Paulo é a cidade que mais trabalha, a que mais produz, e uma cidade que não tem uma praia, ou a gente tem o Parque do Ibirapuera ou a represa Guarapiranga ou a represa Billings. E o povo de São Paulo vai, certamente partir de agora, ver o espetáculo da Fonte. E quero lhe dizer que São Paulo passa a ter mais uma grande referência para os olhos, as mentes e os corações do povo paulistano.

Meus parabéns ao Grupo Pão de Açúcar. Meus parabéns à Marta. E meus parabéns ao povo de São Paulo.

/lrj



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da Reunião Ampliada Brasil-Índia

Nova Delhi – Índia, 25 de janeiro de 2004

Senhor Atal Bihari Vajpayee, Primeiro-Ministro da Índia,
Senhores ministros de Estado da Índia,
Senhores ministros de Estado de meu Governo
Senhores governadores e deputados que me acompanham nesta visita,
Senhores embaixadores,
Senhores integrantes das delegações brasileira e indiana,
Senhor primeiro-ministro,

Tenho o prazer de abrir este encontro entre os altos representantes de nossos dois Governos.

Os trabalhos desta reunião nos permitirão ampliar a agenda bilateral e aprofundar a importante cooperação já existente.

Permitirão, sobretudo, dar seguimento a uma das prioridades da política externa brasileira, isto é, o compromisso que assumi no meu discurso de posse, de desenvolver uma parceria estratégica com a Índia.

Nossas discussões darão oportunidade para intercambiar idéias, de maneira franca e objetiva, sobre os principais temas na agenda bilateral e internacional.

Permitirão avaliar os desafios que defrontamos no cumprimento dos compromissos perante nossos povos e identificar o caminho a ser trilhado daqui para a frente.

O Brasil está determinado a implementar os novos instrumentos que assinaremos, bem como em levar adiante os entendimentos que iniciamos nas áreas espacial, educacional, de ciência e tecnologia, dentre outras.



Os ministros e representantes de órgãos governamentais, que me acompanham, realizarão, em suas respectivas áreas, o aprofundamento dessa cooperação.

Zelaremos para que seja fluída, ampla e profunda, entendendo cada projeto como parte de uma estratégia abrangente de valorização das relações entre o Brasil e a Índia.

Queremos demonstrar que o intercâmbio entre dois países em desenvolvimento pode render avanços fundamentais para sua sobrevivência no atual contexto global.

Nossa cooperação deve ser um modelo para a cooperação sul-sul.

As perspectivas são promissoras.

No campo da ciência e tecnologia, buscamos dar feição mais moderna à nossa cooperação.

A união de esforços entre nossos países em áreas como a agricultura, é fundamental para conseguirmos vencer o abismo de fome e de pobreza, que ainda nos separa dos países desenvolvidos.

É com esse objetivo que estamos dando impulso à cooperação entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e o Conselho Indiano de Pesquisa Agrícola – ICAR.

É também dentro dessa visão que decidimos implementar projetos de cooperação na área de segurança alimentar e desenvolvimento agrário.

Um novo marco em nossas relações será a cooperação nos usos pacíficos do espaço exterior.

Para sua implementação, as agências espaciais dos dois países estarão desenvolvendo programas de trabalho, inclusive sobre lançamento de satélites brasileiros.

Queria ainda referir-me à importância dos entendimentos em curso para estabelecermos freqüências aéreas entre nossos países e promover o turismo.

Menciono também as iniciativas previstas nas áreas cultural e



educacional.

Essas diversas ações orientam-se para melhorar nosso conhecimento recíproco.

Senhor primeiro-ministro,

Quero que nossos ministros e altos representantes tenham presente que o trabalho que vão implementar, a partir de hoje, em cada setor específico tem claro sentido estratégico.

De nada adianta para a Índia e o Brasil ficarem de braços cruzados esperando que os países ricos resolvam nossos problemas.

É preciso que nós mesmos – países em desenvolvimento – assumamos a responsabilidade pelo nosso destino e juntemos forças para defender em pé de igualdade os nossos interesses, seja nas negociações comerciais, seja nas questões relativas à paz e à segurança internacional.

Não se trata de relegar a um segundo plano o relacionamento fundamental com os países ricos, mas sim de multiplicar as possibilidades de desenvolvimento, explorando o potencial de cooperação entre nossos países e de buscar, com determinação e criatividade, soluções para superar novos problemas.

Esse sentido estratégico está presente também no diálogo que mantemos em foros multilaterais, com resultados altamente significativos.

Nas Nações Unidas, ambos buscamos a construção de uma saudável ordem mundial multipolar.

Defendemos a ampliação do Conselho de Segurança, com países em desenvolvimento entre os membros permanentes.

Constituímos o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul, o G-3, uma modalidade inovadora de relacionamento entre grandes democracias de continentes diferentes, mas com muitas afinidades.

Na OMC, nossas nações lideram o G-20, que hoje se articula para conseguir melhores condições de acesso dos nossos produtos agrícolas aos



mercados dos países desenvolvidos, e derrubar os injustificáveis subsídios com que os países ricos distorcem a economia agrícola do mundo.

Devemos ousar mais.

Como disse em Brasília, em dezembro passado, aos ministros e altos representantes do G-20, devemos aproveitar a realização da XI UNCTAD, para lançarmos negociações do Sistema Geral de Preferências Comerciais. Será este, possivelmente, o primeiro passo para a criação de uma área de livre comércio entre os países do Grupo, aberta a outros países em desenvolvimento.

Estes são apenas exemplos de uma cooperação que tem potencial para tornar-se ainda mais abrangente. Não nos faltará vontade política para ampliá-la.

Senhor Primeiro-Ministro,

Para alcançar seu potencial, nossa relação deve procurar estimular os fluxos de comércio e os investimentos. Inauguramos hoje, com o Acordo-Base de Acesso a Mercados, no âmbito das negociações Índia-Mercosul, uma nova era para a cooperação sul-sul.

É a primeira vez que o Mercosul assina um acordo com um país da Ásia. A presença nesta solenidade do presidente Eduardo Duhalde, da chanceler Leila Rachid do Paraguai e dos altos funcionários da Argentina e do Uruguai, ilustra o compromisso do Mercosul com a intensificação dos laços com a Índia.

Senhor primeiro-ministro,

Os acordos que assinaremos hoje e aqueles que assinaremos em breve, como resultados dos entendimentos aqui mantidos, expressam a vontade de trabalharmos em conjunto, de modo a promover o desenvolvimento social e econômico de nossas sociedades.

Tendo em mente esse panorama mais amplo, desejo que todos realizem um ótimo encontro de trabalho.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no
banquete oferecido pelo presidente da Índia**

Nova Delhi – Índia , 25 de janeiro de 2004

Senhor presidente,

Minhas primeiras palavras são de agradecimento pela fraterna hospitalidade com que minha delegação, inclusive meus caros companheiros do Mercosul, minha mulher e eu estamos sendo recebidos pelo povo e pelo Governo da Índia.

É um privilégio participar como convidado de honra do Dia da República e das festividades cívicas que comemoram a Independência desta nação amiga.

Relembro aqui os líderes dessa histórica conquista, que inspiraram povos e gerações.

Quero em especial reverenciar aquele que foi sem dúvida uma das maiores figuras da história contemporânea Gandhi – cuja memória tive hoje a oportunidade de honrar – mostrou que um povo pode defender seus direitos, sem violência, com a força de suas convicções.

Outros líderes deste país deixaram sua marca nas relações entre os povos e nos ensinaram a admirar esta grande nação que soube trilhar seu próprio caminho, guiada pela coexistência de tantas culturas e pela consciência social.

Mais do que qualquer outra nação, a Índia sintetiza o ideal da unidade da diversidade.

Uma democracia pujante, unindo etnias, culturas e línguas diferentes.

Um país que, para enfrentar o espectro da fome permanente, uniu capacitação tecnológica e vontade política.



Uma nação que alia sabedoria milenar com a formação de seus jovens, criando um pólo dinâmico de desenvolvimento tecnológico mundialmente reconhecido.

É este o país que ganha destaque na política externa de meu Governo.

Vim à Índia confirmar esse compromisso e forjar uma parceria privilegiada, uma parceria que desejamos modelar para outras nações em desenvolvimento.

Nossos governos estão empenhados na construção de sociedades que ofereçam oportunidades iguais para seus cidadãos viverem com dignidade, em um ambiente de justiça e tolerância.

O livro de Vossa Excelência, intitulado “Índia 2020, Uma Visão para o Novo Milênio”, é dedicado a uma menina cuja aspiração é “viver numa Índia desenvolvida”.

Os meninos e as meninas do Brasil também querem construir um país desenvolvido, capaz de vencer a fome e a pobreza.

Este é o principal compromisso do meu Governo.

Nossos países estão determinados a tratar dos desafios sociais, não como objeto de meras ações compensatórias, mas como elementos centrais do próprio modelo de crescimento econômico com justiça social.

Executamos políticas econômicas maduras, modernizando a infraestrutura, atraindo investimentos, combatendo o desperdício e a corrupção, aprimorando as instituições.

Brasil e Índia estão assumindo o papel que lhes cabe na construção de uma ordem internacional democrática e justa.

Na Organização Mundial do Comércio, estamos juntos congregando países grandes e pequenos, com estruturas produtivas diferenciadas.

O G-20, que formamos, articula posições fundamentais para nosso desenvolvimento.

Lutamos juntos e continuamos unidos para flexibilizar o regime de



patentes para medicamentos, dando prioridade ao combate do HIV/AIDS e outras doenças que afligem amplos setores de nossas populações.

Colocamos a vida das pessoas à frente do lucro por vezes abusivo de certas empresas.

A Presidência da Índia no Grupo de Países Megadiversos e Afins dinamizará a atuação conjunta pela repartição justa e eqüitativa dos benefícios resultantes de nossa biodiversidade.

A preservação da riqueza ambiental deve basear-se nos princípios do desenvolvimento sustentável.

Há oportunidades de cooperação importante neste campo.

Queremos expandir essas parcerias e desenhar novos paradigmas de desenvolvimento, a partir da intensificação do diálogo Sul-Sul.

Um momento importante dos processos foi o lançamento em Brasília, em junho de 2003, do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul, o IBAS, que logo ficou conhecido como o G-3 e atraiu a atenção de políticos e analistas dos mais variados quadrantes.

Juntos lançamos, durante a Assembléia Geral das Nações Unidas, iniciativa global de combate à fome e à pobreza.

Com o mesmo objetivo, estarei participando, em Genebra, de diálogo com o Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, e o Presidente Jacques Chirac, da França, para mobilizar os líderes mundiais, sobretudo os dos países ricos, a engajarem nesse esforço global.

Mais, Índia, Brasil e África do Sul tem um papel de liderança nesta luta, ao qual não podem abdicar.

Temos que atuar juntamente com outras nações para catalisarmos as energias do mundo em desenvolvimento para o combate à fome.

Senhor Presidente,

O mundo que acirra desigualdades sociais e econômicas é também um mundo de fortes turbulências políticas, de ameaça das armas de destruição em



massa e do terrorismo.

Necessitamos uma ordem mundial regida pelo direito internacional e por um sistema multilateral equilibrado e justo.

Índia e Brasil dispõem das qualificações necessárias para contribuir para a manutenção da paz e da estabilidade.

Na América do Sul, estamos fortalecendo o Mercosul e ajudamos a construir uma zona de integração, desenvolvimento e paz abrangendo todo o continente sul-americano.

Na Ásia, o peso político e econômico da Índia é incontestável.

Saudamos os progressos no diálogo com o Paquistão e a crescente cooperação com outros países da Ásia Meridional.

É uma esperança de paz para a região, que reforçará a estabilidade no mundo.

Senhor Presidente,

A voz dos países em desenvolvimento tem de ser cada vez mais ouvida.

O mundo mudou nos últimos 69 anos, desde que a ONU foi criada sobre os escombros da Segunda Guerra Mundial.

Reiteramos a necessidade de fortalecer as Nações Unidas e, em particular, o Conselho de Segurança, para torná-lo mais representativo e eficaz.

Por seu peso político e econômico, pela consistência de sua ação diplomática, Brasil e Índia são países que necessariamente têm que estar incluídos em qualquer processo de reforma do Conselho de Segurança.

Não é mais concebível que o órgão encarregado da Paz e da Segurança no mundo, cujo papel devemos reforçar, não tenha entre seus membros permanentes, países que representam os três continentes do mundo em desenvolvimento.

As crises por que passamos nos últimos meses e anos tornam a reforma da ONU uma tarefa urgente.



Saudamos a corajosa iniciativa do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, de criar uma Comissão de alto nível com este objetivo.

Senhor Presidente,

Um ano após meu discurso de posse, em que expressei a prioridade da Índia em nossa política externa, vejo que nossas relações ganham densidade.

Os contatos que tenho mantido nesta visita têm permitido aprofundar o diálogo e abrir novos horizontes para o aproveitamento conjunto de nossas potencialidades.

Em nenhum outro campo essa cooperação é mais urgente e necessária do que no combate à fome e à extrema pobreza.

A distribuição equitativa de renda e de riqueza deve ser a alavanca – e não mera consequência do desenvolvimento.

Vamos responder a esse desafio, de forma imediata com políticas emergenciais.

Criamos também condições econômicas e sociais para que todos possam ter uma vida produtiva e digna.

A Índia tem muito a ensinar ao Brasil na sua luta para assegurar condições mínimas de vida a um sexto da população mundial.

Avançamos nos entendimentos para a exploração das potencialidades que o engenho científico e a capacidade técnica de nossos povos abrem para o desenvolvimento.

O exemplo dessas possibilidades são as tratativas sobre os usos pacíficos do espaço exterior, inclusive a possibilidade de lançamento de satélites brasileiros por veículos indianos.

Mais de uma vez tenho afirmado que os países em desenvolvimento não podem ficar esperando por benesses e concessões dos mais ricos.

O acordo comercial entre o Mercosul e a Índia multiplicará as oportunidades de comércio.

Oferecerá acesso privilegiado às potencialidades de um bloco



econômico – a quarta economia do mundo – que caminha na direção de uma zona de livre comércio em toda América do Sul.

Este é um exemplo concreto e extremamente promissor – do que os países em desenvolvimento podem fazer juntos para mudar a geografia comercial do planeta.

Não para substituir as relações com os países desenvolvidos, mas para complementá-las.

Senhor Presidente,

Em meu discurso perante a Assembléia Geral das Nações Unidas, no ano passado, lembrei a lição de Gandhi:

“A violência, quando parece produzir o bem, é um bem temporário; enquanto o mal que faz é permanente”.

Brasil e Índia estão trabalhando para um bem maior, duradouro, assentado no compromisso de responder aos desafios no início do século XXI: combater a fome, promover o desenvolvimento e assegurar a paz.

Estamos consolidando uma parceria privilegiada – diria mesmo estratégica, entre nossos dois países, que integre nossas economias e aproxime nossos povos.

Convido todos a erguerem suas taças e me acompanharem em um brinde à prosperidade e ao bem-estar do povo da Índia, ao contínuo desenvolvimento das relações de amizade entre nossos povos e à saúde e felicidade pessoal do Presidente Abdul Kalam.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia oficial de chegada à Índia**

Palácio Rashtrapati Bhawan – Nova Delhi – Índia , 25 de janeiro de 2004

Desde o dia em que tomei posse, 1º de janeiro do ano passado, em meu discurso anunciei que a Índia seria um parceiro estratégico para o Brasil, pela similaridade que temos tanto na possibilidade de crescimento econômico, das inovações científicas e tecnológicas, como também na similaridade dos problemas.

Penso que Índia e Brasil, juntos, podem construir uma força política capaz de contribuir para a geografia comercial do mundo mude para melhor, atendendo os interesses do povo mais pobre do planeta.

Estou realizando um sonho de estar na terra de um dos maiores homens do século passado, Mahatma Gandhi. E estou certo que o espírito que norteou a conquista da Independência do povo da Índia é o mesmo que permite à Índia se transformar, a cada dia, num gigante do ponto de vista político e tecnológico. E, se Deus quiser, logo, junto com o Brasil, do ponto de vista social, poderemos resolver os problemas que nossos países enfrentam.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do Encontro “Brasil-Índia – Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas e Possibilidades”

Hotel The Grand Intercontinental – Nova Delhi – Índia, 27 de janeiro de 2004

Senhor Subash Maharia, ministro para Assuntos do Consumidor, Alimentos e Distribuição Pública da Índia,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil,

Senhor Prodipto Ghosh, secretário de Estado do Meio Ambiente e Florestas,

Embaixadora Vera Machado, Embaixadora do Brasil na Índia,

Senhor Anand Mahindra, presidente da Confederação de Indústrias da Índia,

Meus amigos, minhas amigas,

Representantes do Governo da Índia,

Representantes do Governo brasileiro,

Empresários brasileiros,

Empresários da Índia,

Deputados aqui presentes,

É com grande satisfação que vejo incluído em meu programa de visita à Índia este seminário sobre as perspectivas e possibilidades do desenvolvimento sustentável.

Este tema, que envolve dimensões ambientais, sociais e econômicas, é hoje uma preocupação planetária. Exige a integração de diversas áreas do conhecimento humano. Pede ações em todos os países e a constante parceria entre governos e todos os segmentos da sociedade.



O meio ambiente determina a qualidade de vida da população e está relacionado, portanto, com o emprego e a segurança alimentar. O uso dos recursos naturais deve contribuir para promover a inclusão social.

Tenho muito prazer em inaugurar essa reunião que, em suas mesas redondas, deverá promover uma análise intersetorial do conceito de desenvolvimento sustentável.

A reunião permitirá uma reflexão profícua entre formuladores de política, planejadores econômicos, agentes governamentais de alto nível, cientistas, pesquisadores, representantes de organizações não-governamentais e empresários.

Este é o primeiro evento sobre desenvolvimento sustentável que se realiza entre Brasil e Índia. Permitirá melhor conhecimento mútuo, maior compreensão de nossos desafios e a identificação de parcerias em diversos níveis.

Brasil e Índia contam com rica experiência de pesquisa em desenvolvimento sustentável e um importante acervo de projetos implantados. Dispõem de experiência na elaboração de leis de projeção ambiental e sua implementação, por vezes muito difícil.

Meus amigos e minhas amigas,

Sei que em Delhi veículos de transporte coletivo são movidos a gás natural, o que reduziu de maneira considerável a contaminação atmosférica.

Sei, também, que o Governo indiano adotou programa de mistura de etanol à gasolina, inspirado no Pró-álcool brasileiro.

A Índia é um dos maiores produtores de açúcar do mundo. Reúne condições para implementar esse Programa de maneira extensa e intensa. Nossa experiência nessa área – de três décadas – poderá ser muito útil aos nossos parceiros da Índia. Os benefícios do Proálcool têm sido inúmeros e profundos. Reduzem-se os gases nocivos na atmosfera. Esse objetivo foi mais recentemente incorporado ao Protocolo de Quioto.



Nosso programa também estimulou investimentos em pesquisa e na produção do setor do açúcar e do álcool. Gerou milhares de empregos e reduziu o volume das importações de petróleo.

O Programa viabilizou-se pela abundância de matéria-prima, a cana de açúcar. Permitiu o desenvolvimento de uma tecnologia nacional, que aperfeiçoamos ao longo dos últimos 30 anos. Estamos prontos a compartilhá-la com nossos parceiros. Mas devemos estar atentos para outras possibilidades de cooperação.

Sabemos de avanços da Índia nas pesquisas e desenvolvimento em biotecnologia. Queremos aprofundar o intercâmbio científico nesse domínio.

A biodiversidade da Índia e do Brasil permite a ambos os países inúmeras oportunidades de parcerias, de investimentos, de pesquisa científica e tecnológica. Elas também trarão benefícios sociais com a geração de empregos dignos e a melhoria das condições de vida.

A parceria com organizações não-governamentais é muito bem vinda no Brasil. As ONGs são aliadas do Governo em projetos importantes, como a preservação de conhecimentos e práticas tradicionais das populações locais no uso dos recursos naturais.

Essa parceria também se expressa em programas de educação e conscientização ambiental que, em uma visão inovadora, adotamos em nosso Governo.

Índia e Brasil são grandes produtores de alimentos. Partes de suas populações, no entanto, ainda passam fome ou sofrem de desnutrição. Nosso compromisso com esses setores da sociedade e, sobretudo, com as gerações futuras é o de erradicar esses flagelos.

Criamos no Brasil programas inovadores para alcançar a segurança alimentar. Mas temos muito, e, quem sabe, muito mesmo, a aprender com a Índia.

O Programa de Agricultura Familiar e o Programa Bolsa Alimentação,



implantados no Brasil, têm apresentado resultados animadores.

Mas temos ainda pela frente uma tarefa gigantesca, que poderemos executar melhor se trocarmos nossas experiências.

Meus senhores e minhas senhoras,

Índia e Brasil, a segunda e a quinta maior população do planeta, respectivamente, têm de oferecer outra qualidade de vida a seus filhos.

A educação de qualidade e a criação de empregos devem estar no centro de nossas preocupações, sobretudo quando se fazem sentir os efeitos perversos da globalização sobre o mercado de trabalho.

É de especial importância a criação de empregos para os jovens, de modo a torná-los cidadãos, homens e mulheres produtivos, que contribuam para o bem-estar geral.

Os esquemas de auto-emprego, nos quais intervêm as empresas privadas e as organizações não-governamentais, são contribuição inovadora e bem sucedida, tanto no Brasil quanto na Índia.

Meus amigos e minhas amigas,

O conhecimento científico é estratégico para a inserção mais ampla de nossos países no mundo de hoje. Ele deve inspirar um desenvolvimento tecnológico, que leve em conta os diversos fatores do desenvolvimento sustentável.

Nossa presença na cena internacional dependerá fundamentalmente de nossa capacidade de vencer a exclusão social, a fome e o desemprego. Dependerá, igualmente, dos meios que dispusermos para alcançar tais objetivos. Refiro-me tanto às políticas que aplicamos internamente, quanto à nossa ação internacional.

Índia e Brasil têm um papel relevante a cumprir no mundo de hoje. Nossas histórias nos ensinam que, no centro de nossas concepções de desenvolvimento, deve estar o ser humano.

Espero que este encontro tenha pleno êxito no estímulo à cooperação



entre nossos dois grandes países.

Meus amigos e minhas amigas,

Eu não poderia concluir a minha participação neste seminário sem falar com vocês um pouco da experiência no Brasil do Programa Fome Zero e do Programa Bolsa Família.

O Programa Fome Zero foi pensado muito antes de ganharmos as eleições. E o problema da fome no Brasil não é decorrente da falta de produção de alimentos, porque produzimos alimentos suficientes para que o nosso povo tenha acesso às calorias e às proteínas necessárias à sobrevivência humana. O nosso problema é exatamente de distribuição de renda, de possibilitar que uma parte pobre da população, que não é pouca gente – são, aproximadamente, quase 50 milhões de habitantes que não conseguem comer as calorias e as proteínas necessárias à boa qualidade que o ser humano precisa ter.

O Programa Fome Zero começou em fevereiro do ano passado e, em onze meses, conseguimos chegar a praticamente 2 mil municípios e conseguimos atender praticamente 1 milhão e meio de famílias – isso totalizando o número de, praticamente, 8 milhões de pessoas.

O Programa Fome Zero distribui um cartão alimentação, em que a pessoa pode ir ao supermercado e comprar uma quantidade de alimentos. Mas não é apenas o cartão alimentação. O Programa Fome Zero tem parcerias com pequenos produtores, sobretudo das regiões mais pobres do Brasil, com os quais, no ano passado, assumimos o compromisso de comprar a produção de feijão de grande parte de sua produção. Por conta do compromisso de comprarmos o feijão deles, o preço no mercado não caiu e eles puderam vender a um preço até melhor do que aquele que nos dispusemos a pagar. Estamos, agora, com um programa inovador, da compra de leite para as crianças carentes. Esse leite é comprado de pequenos produtores.



Mas, ao mesmo tempo, resolvemos unificar todas as políticas sociais que tínhamos no Brasil, porque, habitualmente, não tínhamos política de Governo. Tínhamos política de ministros. Cada Ministério tinha criado uma pequena política social. E nós, então, resolvemos unificá-las. Criamos o Bolsa Família.

É importante lembrar que, até outubro do ano passado, a média de dinheiro que os pobres brasileiros recebiam era de apenas 22 reais. Essa era a média, incluindo todos os programas sociais. Nós, hoje, estamos distribuindo, para 3 milhões e 615 mil famílias, totalizando, aproximadamente, de 13 a 15 milhões de pessoas, uma média de 72 reais, praticamente três vezes mais do que se distribuía anteriormente.

Mas o mais importante do Bolsa Família é que estamos obrigando as famílias que recebem esses recursos a cumprirem alguns compromissos, para o bem da própria família. Por exemplo, para receber esses recursos, uma mulher gestante tem que fazer todos os exames que a medicina exige que faça. Para receber esse benefício, uma mulher que tem filho com menos de 6 anos é obrigada a dar todas as vacinas que a medicina exige para uma criança dessa idade. Para receberem esses recursos, as famílias que têm filhos de 7 a 14 anos são obrigadas a colocar os seus filhos na escola. Se as crianças faltarem, a família poderá perder essa ajuda. E as famílias que têm adultos analfabetos são obrigadas a alfabetizá-los, como condição para que possam receber esse dinheiro.

Nós pretendemos, até 2006 – e espero que consigamos antes -, atingir 11 milhões de famílias no Brasil. E, se fizermos isso, certamente, em função dos dados de que dispomos, seja do Banco Mundial, seja do Instituto de Pesquisas do Brasil, estaremos atendendo a totalidade das famílias que precisam de ajuda na área de segurança alimentar.

Não tenho dúvida de que, se conseguirmos fazer isso, estaremos concretizando o maior plano de política de distribuição de renda hoje feito no



mundo. E é plenamente possível fazermos isso. Não custa muito dinheiro.

Penso que aqui, na Índia, como no Brasil, o acúmulo durante anos e anos de esquecimento de políticas sociais justas permitiu que chegássemos ao século XXI com um número muito grande de gente passando fome. Pelo que fui informado, na Índia, são aproximadamente 270 milhões de pessoas; e, no Brasil, quase 50 milhões.

Penso que o desenvolvimento da Índia, o desenvolvimento do Brasil e o desenvolvimento de outros países pobres dos vários continentes só será altamente sustentável se tivermos competência de, concomitantemente com o desenvolvimento social, termos uma política de inclusão social.

É importante lembrar, neste seminário, que não basta um país crescer, porque, muitas vezes, o país cresce, o PIB cresce, o lucro das empresas cresce, mas a massa salarial não cresce e o número de pessoas no mercado de trabalho também não cresce.

O Brasil, de 1930 a 1980, foi o país que mais cresceu no mundo. Entretanto, esse crescimento não significou distribuição de renda, não significou, portanto, diminuição da pobreza.

A grandiosidade da Índia, o potencial da economia da Índia, o potencial da economia brasileira e as possibilidades de crescimento que temos serão fortalecidos, sobretudo se tivermos capacidade de aprofundar as nossas relações, descobrindo que o mundo desenvolvido é um parceiro excepcional, tanto para a Índia como para o Brasil. Com uma verdadeira parceria entre Índia e Brasil, entre Índia, Brasil e África do Sul, entre os países em desenvolvimento, possivelmente tenhamos possibilidades de comercializar muito mais, de crescer muito mais, porque temos muitas similaridades, tanto nas potencialidades quanto nos problemas sociais acumulados durante décadas e décadas.

O desafio que está colocado para nós é que não basta crescer para atender uma pequena casta da nossa sociedade. O crescimento tem que



significar distribuição de renda, distribuição de riqueza.

Acho que este século – em que os países em desenvolvimento, os países com grandes potencialidades, com grande extensão territorial, com potencial científico e tecnológico, e que têm os compromissos com a humanidade que têm Índia e Brasil – certamente será o século em que passaremos a fazer parte da chamada economia em crescimento de verdade, será o século em que passaremos a ocupar espaços geográficos importantes no comércio exterior e será o século em que deixaremos de ser pobres e passaremos a fazer parte do mundo que vive com uma certa abundância.

Mas isso só será justo e só terá sentido se conseguirmos levar, junto com o crescimento, os milhões de indianos e de brasileiros que, ao longo de séculos, ficaram para trás, passando privações.

A hora é de desenvolvimento. A hora é de acordos bilaterais. Mas a hora mais importante é a hora de políticas de inclusão social, porque é para isso que fomos eleitos e é para isso que ganhamos as eleições.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com lideranças empresariais indianas, co-patrocinado pela Confederação das Indústrias Indianas (CII) e pela Federação das Câmaras de Comércio e Indústria Indianas (FICCI)

Hotel Taj Mahal – Nova Delhi – Índia, 27 de janeiro de 2004

Senhor Arun Jaitley, ministro de Indústria e Comércio da Índia,
Senhor Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,
Senhor Luiz Fernando Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

Senhor Anand Mahindra, presidente da Confederação de Indústrias da Índia,

Senhor Yogendra Modi, presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria Indianas,

Meus caros amigos empresários do Brasil e empresários da Índia,

Meus caros amigos da imprensa,

Eu quero fazer a apresentação de um ministro, que não está na mesa, o nosso ministro do Turismo, que, ontem, assinou um protocolo importante com a Índia, o Walfrido Mares Guia.

Quero apresentar o nosso governador do estado do Mato Grosso do Sul, o companheiro Zeca do PT. Quem quiser investir em turismo não pode deixar de visitar o Estado do Zeca e o Pantanal.

Quero dizer que aqui estão presentes vários setores da economia brasileira, como uma instituição de pesquisa importante, a EMBRAPA, representada pelo Clayton Campanhola, que é o seu presidente; empresários importantes do setor agrícola; do setor agropecuário; do setor da cana-de-açúcar e do álcool; da indústria; do setor petroquímico; da indústria da



construção; da indústria de aviação, que é o que temos de mais moderno no nosso país; da indústria farmacêutica. O Brasil está aqui representado com uma boa base empresarial. Está aqui o representante da Vale do Rio Doce, nossa grande empresa brasileira. Temos aqui representantes de empresas especialistas em produção de máquinas para produção de açúcar e álcool. Portanto, a base do começo de bons acordos está representada aqui, da parte do meu país.

Eu quero dizer ao ministro Jaitley que a minha visita à Índia é mais do que um compromisso, de coisas em que eu acreditava antes e que acredito agora.

O Brasil e outros países desenvolvidos, durante muitos e muitos anos, tiveram as suas relações comerciais muito voltadas para uma parte do mundo, sobretudo a União Européia e os Estados Unidos. É claro que nem a Índia, nem o Brasil pretendem diminuir os seus ímpetus na melhoria e no aperfeiçoamento das relações com esses dois blocos mais importantes do planeta. Mas é verdade também que os obstáculos colocados nas relações comerciais por esses dois gigantes do mundo, sejam os Estados Unidos ou a União Européia, nos obrigam não apenas a brigar muito nos fóruns multilaterais para que as dificuldades sejam tiradas da pauta, mas, sobretudo, nos obrigam a ter mais criatividade, a pensar um pouco mais no potencial individual de cada um dos nossos países e, com muita sinceridade, aprofundar o debate para sabermos se já atingimos ou não o potencial máximo de relação e de comércio que possamos fazer.

Eu, particularmente, estou convencido de que não atingimos ainda 10% do que poderemos fazer. Não apenas em termos de relações comerciais, mas também de uma interação entre os nossos empresários, com investimentos de empresários brasileiros na Índia, e de empresários da Índia no Brasil.

Estamos começando uma nova era. Uma era em que países emergentes estão ávidos para se consolidar enquanto economias fortes, uma



era em que os países emergentes estão preocupados com seus problemas sociais e uma era em que os países emergentes não querem ser conhecidos apenas porque são bons produtores agrícolas ou exportadores de matéria-prima ou produtos *in natura*.

Queremos entrar na competição que envolve a ciência e a tecnologia. Temos potencial para isso. E isso só será possível se, ao invés de ficarmos esperando que os interessados nos procurem, nós procurarmos aqueles com quem temos interesses em fazer negócios.

Quero dizer aos empresários brasileiros que os empresários da Índia estão mais ousados que os nossos empresários. Os empresários da Índia já estão montando um escritório no Brasil, para tratar dos seus interesses.

Eu acho, meu caro Robson, que está aqui representando a CNI, que está na hora dos empresários brasileiros começarem a garimpar espaços econômicos para vender os seus produtos em outras partes do mundo. Até porque o mundo ficou muito pequeno, as distâncias se encurtaram, a tecnologia ocupou um espaço, nos últimos 20 anos, que não imaginávamos que pudesse acontecer tão rapidamente.

Em se tratando de comércio, ninguém faz favor para ninguém. Ninguém vai comprar da Índia porque tem 270 milhões de pobres. Ninguém vai comprar do Brasil porque tem 50 milhões de pobres. Ninguém vai comprar do Brasil porque tem criança de rua ou porque o Presidente brasileiro é nordestino. E ninguém vai comprar da Índia por causa da situação econômica da Índia, do Brasil ou de qualquer outro país. As pessoas vão comprar quando estivermos preparados para competir, do ponto de vista tecnológico, quando nossos produtos forem de qualidade e quando tivermos a ousadia de não ficar no nosso território esperando que as coisas aconteçam ou que alguém nos procure. Nós é que temos que ir à luta, procurar os nossos parceiros e fazer os negócios que entendemos que precisam ser feitos.

Eu quero dizer uma coisa aos empresários da Índia. A nossa relação



com a Índia vem sendo pensada há muito tempo. E, obviamente, ela só poderia ser concluída se nós ganhássemos as eleições. Ganhamos as eleições e começamos a implantar uma relação que queremos que, nos próximos anos, seja a mais importante relação entre dois países. Não apenas pela população dos dois países, pela grandeza territorial dos dois países, mas pelas similaridades de potencialidades existentes entre os dois países.

Quando há interesse político e quando há perspectiva econômica, não há distância quilométrica que não possa ser vencida. Se um português, antes de 1500, ousava sair de Portugal e dar a volta ao continente africano, para chegar à Índia, para comprar iguarias, nós, agora, não precisamos dar a volta no continente. Nós, agora, temos outros meios de transporte. Nós, agora, podemos transportar as empresas de um país para o outro. Depende apenas de uma decisão política.

E nós temos a oferecer mais do que o Brasil para negócios com a Índia. Quando tomamos posse, tomamos como primeira decisão recuperar a credibilidade do Mercosul. E, para recuperar a credibilidade do Mercosul, era preciso estreitar as relações políticas, diminuir as divergências entre os países que compunham o Mercosul e contribuir para que as economias dos países do Mercosul pudessem ter credibilidade interna e externa.

Acredito que, hoje, estamos numa situação em que eu poderia dizer para vocês: nunca houve uma relação tão sincera e tão forte entre os países do Mercosul como existe hoje. Não apenas Paraguai, Uruguai, Brasil e Argentina. Queremos que toda a América do Sul faça parte do Mercosul, para que um país como a Índia tenha a possibilidade de negociar com todos os países dentro do Mercosul e que o Mercosul possa negociar com a Índia e com outros países em potencial de desenvolvimento. E conseguimos isso sem inventar nenhum milagre.

É importante dizer aos empresários da Índia que, no Brasil, de vez em quando, aparece alguém e inventa um milagre, como se fosse um plano



salvador da pátria. Cada um inventa um plano, dando a impressão de que cada um quer carregar a marca de um plano milagroso que salvou a economia.

A experiência tem demonstrado que as coisas feitas dessa forma não dão certo. A experiência tem demonstrado que não existe mágica em economia. Em economia, tem dois componentes que dão certo. Primeiro, é o fato de as pessoas acreditarem na seriedade do Governo; segundo, é o Governo estabelecer uma relação com a sociedade, não permitindo que surja nenhuma novidade na área econômica, que pegue as pessoas de sobressalto.

Possivelmente sejamos, na História recente do Brasil, o único Governo que está estabilizando a economia sem criar nenhum plano econômico. Estamos apenas fazendo o que precisa ser feito.

Em apenas 12 meses, a nossa economia, que tinha um risco de 2400 pontos, caiu para 400. A inflação, que estava projetada para 40%, se Deus quiser, chegará, no meio do ano, aos 6% que estamos nos propondo a cumprir. E estamos com a certeza de que o país está preparado para retomar o crescimento, já sentido em todos os estudos feitos entre novembro e dezembro.

Há uma retomada do crescimento, há uma queda no desemprego de 12,2% para 9%, no mês de dezembro. E temos definido, dentro do Governo e no Congresso Nacional, o Plano Plurianual, que é a definição das prioridades para os próximos quatro anos. E, também, um projeto de lei que cria a parceria Público-Privada, que vai estabelecer os acordos que queremos fazer com os empresários, o marco regulatório, para que as pessoas tenham a certeza de que não serão enganadas em nenhum momento, na medida em que assinem um contrato com o Governo.

Mas não é apenas isso. Vamos precisar de parcerias muito grandes na área de infra-estrutura, porque o potencial de crescimento da nossa economia exige que façamos grandes investimentos nessa área, sobretudo no setor de transporte, nas estradas, nas ferrovias e no setor de energia. Porque, se não



oferecermos energia, não poderemos oferecer parceria para que algum empresário invista no Brasil.

É com essa disposição que estamos fazendo esta visita à Índia. É com essa disposição que convidamos os nossos empresários para virem à Índia, com a certeza de que vocês podem repetir, no século XXI, a mesma função desbravadora que os portugueses tiveram, 500 anos atrás, quando descobriram o Brasil.

O momento que estamos vivendo não é para nenhum empresário ficar dentro do seu país, chorando o que não está acontecendo. Ele tem que fazer acontecer e sair pelo mundo, em busca de negócios. Não dá para ficar parado, nem na Índia nem no Brasil, cobrando do Governo investimentos que as pessoas já sabem, de antemão, que o Governo não tem.

É preciso que a gente seja mais criativo, seja mais ousado e que estabeleçamos entre nós um compromisso de fazermos a coisa acontecer. Por exemplo, nós precisamos – e aí interessa não apenas à indústria, mas também ao turismo – estabelecer um vôo entre Índia e Brasil e África do Sul. Me dizia o ministro que, possivelmente, saindo de São Paulo ou do Rio de Janeiro, indo a Johannesburg, seriam 8 horas, 8 horas e meia, mais 6 horas até Mumbai. Portanto, em 14 horas, nós poderíamos estar aqui na Índia, para fazer turismo ou negócios. E os indianos estariam também no Brasil, para fazer negócios ou turismo.

Eu quero terminar dizendo aos empresários aqui presentes que, se depender da vontade do meu Governo – nós já demos exemplo em Cancun, demos exemplo quando criamos o Grupo dos 3, entre Brasil, África do Sul e Índia – queremos continuar juntando os países com potencial de desenvolvimento, para que possamos, definitivamente, mudar ou, pelo menos, melhorar a geografia econômica do planeta Terra.

Afinal de contas, estou convencido que, se soubermos trabalhar, este século XXI será o século dos países chamados emergentes. Será o século dos



países como Brasil, Índia, África do Sul, China, México, Rússia e tantos outros que, durante tanto tempo, foram tratados como se fossem países de segunda categoria.

Ou acreditamos em nós e mudamos o jeito de fazer política, acreditando na boa-fé dos nossos governantes, na criatividade dos nossos empresários e na vontade política dos nossos povos, ou vamos continuar chorando na Organização Mundial do Comércio o fim de um subsídio, que não virá enquanto estivermos chorando. Mas virá no dia em que eles perceberem que temos novas opções de negócio. Eles virão atrás de nós para oferecer o que estão negando nesses últimos 20 anos.

Longe de mim querer afrontar qualquer parceiro comercial. Eu apenas quero ser tratado em igualdade de condições. Eu apenas quero receber o respeito que dou. E acho que Índia e Brasil não são pouca coisa, não representam pouco no campo econômico, no campo da ciência e da tecnologia. Portanto, vai depender muito de nós. E vai depender muito dos empresários brasileiros e dos empresários da Índia.

Quero que vocês saibam que, da nossa parte e da parte do Governo brasileiro, estaremos ávidos, estaremos trabalhando para que a gente possa consolidar definitivamente essa parceria. Uma parceria econômica, uma parceria política, uma parceria que envolva ciência e tecnologia, mas, sobretudo, uma parceria que estabeleça uma relação de confiança, sem que nenhum país queira ter hegemonia sobre o outro país. Parceria de verdade. Parceria comercial, parceria política, parceria cultural. Acho que poderemos ensinar ao mundo que, durante muitos anos, fomos povos colonizados e sabemos que a colonização pode ter ajudado no início, mas não trouxe os frutos que os nossos povos esperavam. E queremos, do ponto de vista comercial, do ponto de vista político e do ponto de vista econômico, decidir mais livremente quem são os parceiros que podem ajudar as nossas economias a crescer.



Quero desejar a todos vocês toda a sorte do mundo e dizer que vamos ter uma exposição internacional, em novembro, aqui em Delhi, onde vai ter um pavilhão do Brasil. Você pode trazer um avião, Botelho, e colocar aqui. Um pavilhão de 5 mil metros quadrados, para que os empresários brasileiros possam colocar os seus produtos aqui. E acho bom. Eu dizia ao ministro Furlan e ao ministro Celso Amorim que, quando retornar ao Brasil, vou convocar uma reunião da CNI, da Federação das Indústrias de todos os Estados, da Federação do Comércio e vou fazer um desafio, para que vocês aprendam a vender mais do que reclamar.

Muito obrigado.

/cms/lrj



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no
lançamento do Fórum Empresarial Brasil/Índia**

Mumbai-Índia, 28 de janeiro de 2004

Meu caro amigo Anand Mahindra, presidente da Confederação das Indústrias Indianas,

Meus companheiros ministros Luis Furlan, do Desenvolvimento Indústria e Comércio; Celso Amorim, das Relações Exteriores e Walfrido, do Turismo,

Meu caros amigos empresários da Índia,

Empresários brasileiros,

Embaixadora brasileira,

Governadores de Estado,

Eu quero dizer aos empresários de Mumbai que dois governadores de dois estados importantes do meu país estão presentes aqui, nessa cidade: o governador Roberto Requião, do estado do Paraná, que eu peço para levantar para as pessoas saberem quem é; e o companheiro José Orcírio, conhecido como Zeca do PT, governador do estado do Mato Grosso do Sul.

O ministro do Planejamento Guido Mantega, que também está presente,

Meus amigos e minhas amigas,

Eu tinha preparado um discurso razoavelmente longo para proferir hoje aos empresários brasileiros e aos empresários da Índia. Porém, o importante é que eu diga a vocês a impressão com que volto para o Brasil, depois desses poucos dias visitando a Índia, com um grupo respeitável de empresários brasileiros, que estão buscando parceiros e sócios para os seus investimentos, tanto aqui como no Brasil.

Quero agradecer também aos deputados que me acompanharam. Vieram poucos deputados, porque nós estamos fazendo uma convocação



extraordinária no Congresso Nacional brasileiro, para votar algumas coisas importantes, e por isso não puderam vir mais.

Quero agradecer ao cônsul honorário do Brasil em Mumbai, Anil Kadakia, que tanto trabalhou para que nós pudéssemos chegar onde chegamos.

Quero agradecer dois cientistas que estão aqui presentes. Um que veio comigo na delegação, o nosso companheiro Clayton, presidente da EMBRAPA, uma das grandes instituições de pesquisa que nós temos no Brasil. E o outro, o professor Isaías Raw, que certamente já teve ou terá grandes discussões com vocês.

Quero, nessa minha despedida, dizer aos empresários deste país que foi com muita alegria que eu decidi vir à Índia. E quero agradecer, na minha partida para Genebra, ao presidente Abdul Kalam, pelo carinho com que me tratou nas horas em que estivemos juntos, e o primeiro ministro Vajpayee, que me tratou também de forma muito digna. E eu espero, um dia, poder retribuir esse carinho numa visita ao Brasil.

Quero agradecer o espetáculo de beleza que a Índia me proporcionou hoje quando, por meia hora, eu pude visitar aquele monumento em homenagem à humanidade, o Taj Mahal. Realmente, eu acho que um país que consegue preservar um monumento daquela magnitude tem tudo para ser um país muito mais desenvolvido do que é atualmente.

Acho que a Índia está num momento excepcional da sua história porque, depois de tantas lutas, está travando uma outra grande luta, que é se descobrir para o mundo do negócio, nesse mundo globalizado. E é sobre isso que eu queria conversar um pouco com os empresários.

Ontem, houve quem achasse que eu fui duro com os meus companheiros, empresários brasileiros, quando os desafiei, e não foi a primeira vez. Nós temos que desafiar a cada dia, não aqueles que estão aqui ou que têm viajado o mundo, mas aqueles que ficam dentro dos seus países



esperando que aconteçam milagres. E no mundo dos negócios não tem milagre. Tem trabalho, persistência, perseverança. E isso é mais ou menos como garimpar. Ninguém acha a pedra preciosa em cima da terra. Ou nós garimpamos, cavamos os buracos necessários, carregamos a terra que for necessário carregar, nas costas, ou nós não encontramos o ouro, não encontramos as pedras preciosas que tanto procuramos.

No mundo globalizado, o mundo do negócio é um grande garimpo. Nós temos que procurar o melhor negócio. E para fazermos o melhor negócio, temos que estabelecer as melhores parcerias. E é por isso que eu quero dizer a vocês, com a sinceridade que um homem pode conversar com outro homem, de que a visão de mundo comercial, ou a visão de mundo de negócios que o meu Governo tem é muito claro. E dizíamos isso antes das eleições. Estamos colocando em prática aquilo em que nós acreditávamos quando disputamos as eleições.

O Brasil tem uma relação comercial muito equilibrada. Nós temos praticamente 52% da nossa relação comercial, dividido entre os Estados Unidos e União Européia, 25%, 26% para cada um. Temos outros 20 e poucos por cento com a América do Sul e o restante é distribuído entre os vários países do mundo.

Mas até há pouco tempo a nossa relação com gigantes como a Índia, como a China, como a Rússia, era muito pequena. Nós estávamos presos à comodidade de sermos procurados ou procurarmos por quem já estávamos habituados a fazer negócios. Entretanto, nesse mundo do negócio, nesse mundo globalizado está cada vez mais difícil, porque as potências econômicas estão cada vez mais se fechando em torno dos seus interesses, em torno dos seus empregos, e não vacilam um momento sequer em criar obstáculos para os países emergentes que querem disputar nos seus mercados.

Eu, muitas vezes, li nos jornais e ouvi na imprensa que muitos desses países desenvolvidos falam em comércio livre, desde que a liberdade seja só



para eles colocarem seus produtos em nosso país. Quando se trata de colocar as nossas mercadorias nos seus países, cria-se uma série de obstáculos que, muitas vezes, impedem o crescimento econômico dos países mais pobres.

E o que nós estamos fazendo agora? Além da genialidade dos ministros que tratam de política exterior – o companheiro Celso Amorim, o companheiro Furlan, o companheiro Roberto Rodrigues, da Agricultura, o companheiro Walfrido, do Turismo – eu, muitas vezes, tento colocar em prática algumas coisa que eu aprendi no movimento sindical. E a primeira lição que eu aprendi é que ninguém respeita o interlocutor que não se respeite. Ninguém, na face da terra, tem respeito por alguém que não se respeita. E nesse mundo da negociação entre os países, se um dos interlocutores age de forma subalterna diante do outro, podem ficar certos que ele só levará desvantagem para casa, porque ninguém respeita negociador assim.

E passei a discutir com os meus companheiros: qual o papel que o Brasil tem para jogar? Quais os países que têm similaridade com o Brasil? Quais os países que têm os mesmos problemas e, possivelmente, as mesmas soluções que o Brasil? E chegamos à conclusão de que a Índia tem muita similaridade com o Brasil. A única diferença é que a Índia tem muito mais gente que o Brasil.

Mas o potencial de desenvolvimento, do crescimento interno, o conhecimento científico e tecnológico e as boas perspectivas da Índia adentrar no mundo globalizado, são praticamente as mesmas do Brasil. Então, porque não estabelecer uma relação estratégica e privilegiada com a Índia? Porque não discutimos as nossas necessidades? Onde que um país pode contribuir com outro? Seja no setor da construção civil, seja no setor da construção de ferrovias, seja na produção de remédios, seja na área espacial, seja na produção de etanol, seja na questão do petróleo, ou em tantas outras coisas em que podemos ter políticas complementares e, quem sabe, atendermos mutuamente aos nossos interesses de crescimento e aos nossos interesses de



distribuição de renda.

Por isso este acordo preferencial que a Índia assinou, com a presença do representante do Mercosul, é, na minha opinião, um feito excepcional. Confesso a vocês que não imaginava que, em tão pouco tempo, nós conseguíssemos essa proeza. Porque para a Índia fazer isso significa, meu caro Celso Amorim, meu caro Furlan, meu caro Walfrido, que os dirigentes da Índia estão confiantes nos dirigentes do Brasil e nos dirigentes do Mercosul. E quando um ser humano confia no outro, aumenta a nossa responsabilidade. Significa que vamos precisar trabalhar mais, que vamos precisar ser mais ousados, que vamos ter que enfrentar a diversidade de países ou de parceiros que, talvez, não queiram que essa aliança tenha o sucesso que eu imagino que ela deva ter, daqui para frente.

É por isso que esse seminário é extremamente importante, porque no decorrer deste ano, outros seminários deverão se realizar, quem sabe no Brasil, quem sabe na China, na Índia. Estaremos aqui no final do ano, em novembro, com uma grande feira. O ministro Celso Amorim estará aqui em março, para fazer uma reunião bilateral com a África do Sul.

Nós estamos pensando em consolidar outros parceiros. E começamos do jeito que deveríamos começar, consolidando a América do Sul, que é um mercado extraordinário para os investidores da Índia e para os empresários da Índia. Embora sejamos um continente pobre, a verdade é que o Mercosul e a América do Sul representam um mercado de mais de um trilhão de dólares, representa uma população extraordinária, só no Mercosul, de 220 milhões de habitantes. O Brasil se orgulha de poder ser a porta de entrada da Índia na América do Sul e no Mercosul.

Esse seminário pode possibilitar que saíamos do 1 bilhão de comércio exterior que temos, hoje, para muito mais. Eu acho que o Brasil pode ajudar muito a Índia, e eu acho que a Índia pode ajudar muito o Brasil. Depende da nossa vontade política, dos governos, mas, sobretudo depende da capacidade



de trabalho que os empresários brasileiros e os empresários indianos tenham daqui para frente.

Queremos que, com esse acordo entre Brasil e Índia, Brasil e África do Sul, tenhamos a força necessária para, na Organização Mundial do Comércio, a gente consiga ter lastro político para flexibilizar os produtos que, muitas vezes, os países ricos impõem tarifas para impedir que façamos negócios. Não queremos parar na Índia e na África do Sul, queremos estabelecer forte relação com a China e com a Rússia. Queremos estabelecer forte relação com países da África do Sul e outros países africanos, para que a gente possa mudar um pouco o que eu chamei outro dia “a geografia comercial do planeta Terra”.

Quando os representantes da Índia e do Brasil, junto com representantes de mais 18 países criaram, em Cancun, o G-20, muita gente pode não ter notado o significado daquilo, mas eu tenho clareza de que algumas pessoas do grupo perceberam o que estava nascendo em Cancun. Não pelos resultados imediatos do que conseguiríamos na OMC, mas pelo que conseguiríamos de força política, mostrando ao mundo que 20 países, representando mais da metade da população do planeta Terra estavam a dizer àqueles que dominam o comércio mundial, que nós descobrimos que juntos poderemos mudar muita coisa nas regras do comércio mundial.

A Índia não quer nem mais, nem menos. O Brasil não quer nem mais, nem menos do que os seus direitos. Nós queremos poder comprar, mas também queremos poder vender. E queremos que os outros nos tratem da mesma forma que nós os tratamos. Afinal de contas, as nossas empresas querem crescer, querem gerar empregos; nós queremos gerar divisas para os nossos países, porque nós queremos resolver o problema da pobreza, da fome e da miséria nesses países gigantes, como são a Índia e o Brasil.

Quero me despedir de vocês, dizendo que se depender da minha vontade, muitas delegações de empresários brasileiros virão visitar a Índia daqui para a frente. Segundo o Furlan, estamos com 80 empresários aqui.



Mas, quem sabe, outras dezenas virão aqui, no decorrer deste ano. E que também o Brasil possa receber dezenas e dezenas de empresários indianos, para que a gente possa discutir, setor por setor, onde poderemos fazer *joint-ventures*, onde poderemos fazer negócios, vender ou comprar, onde poderemos construir o processo de integração física da América do Sul. É uma coisa extremamente importante para aqueles empresários que constroem ferrovias, que constroem estradas, que constroem pontes, que constroem hidrovias, porque a integração da América do Sul é, na minha concepção, um fato irreversível. Pode demorar um pouco mais ou um pouco menos, por conta dos recursos que, muitas vezes, são menos do que nós precisamos. Mas a disposição política é a de fazer a integração.

E, certamente, a Índia poderá ser um grande parceiro para alavancar não apenas as empresas indianas, mas para ajudar a alavancar o desenvolvimento naquela parte do planeta chamada América do Sul.

Quero me despedir dizendo a vocês que tenho mais três anos de mandato. E, nesses três anos de mandato, quero dedicar cada dia, cada mês, a provocar a boa provocação aos meus empresários, do campo ou da cidade, aos meus ministros, aos governadores de Estado que estabeleçam como prioridade não apenas levar empresas para o seu estado, mas também fomentarem seus empresários a visitar a Índia, porque eu não acredito em relação comercial ou relação política se não houver, sobretudo, uma relação de confiança.

No Brasil, mandamos para o Congresso Nacional o nosso chamado Plano Plurianual, as nossas metas de prioridades para os próximos quatro anos, com muitas obras de infra-estrutura. Nesses próximos dez dias, votaremos no Congresso Nacional uma PPP, que é uma Parceria Público-Privada, onde teremos oportunidade de oferecer a empresários estrangeiros a participação em negócios no Brasil, com marco regulatório que garanta a ele que não haverá, por parte do Estado brasileiro, nenhuma perspectiva de não se



cumprir aquilo que for acordado e colocado no papel.

É com essa seriedade, é com essa confiança que saio da Índia, convidando os empresários brasileiros: façam negócios, façam parcerias, provoquem outros empresários brasileiros a virem para a Índia. E, ao mesmo tempo, aos empresários indianos: visitem o Brasil, porque o Brasil possivelmente seja aquilo que vocês estão procurando, há muito tempo, fora da Índia para fazer bons e grandes negócios.

Boa sorte a todos vocês e que a aliança estratégica entre Índia e Brasil seja duradoura e permita que nós conquistemos o direito de que o nosso povo possa tomar café, almoçar e jantar todo santo dia, e que possa estudar e viver dignamente. Isso só será possível se as nossas economias crescerem. E, para as economias crescerem, vamos precisar de investimentos, aqui e lá. Vocês podem ser o bom sinal que nós precisamos para que Índia e Brasil deixem de ser países subdesenvolvidos ou países em desenvolvimento e passem a fazer parte do grupo privilegiado dos países ricos do planeta.

Muito obrigado e boa sorte a todos nós.

/rsm/lrj



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no
Seminário para Investidores Estrangeiros no Brasil**

Genebra-Suíça, 29 de janeiro de 2004

Vim a Genebra para falar-lhes do Brasil, de sua economia e das oportunidades que apresenta para o investidor estrangeiro.

O Brasil é hoje um país de sólidas instituições democráticas e uma estável e diversificada economia.

A confiança em mim depositada me permite reunir as forças criativas da sociedade brasileira para enfrentar os desequilíbrios macroeconômicos que herdei.

Meu Governo dispõe de condições para superar os obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do país.

Tem base parlamentar necessária para levar adiante – em sintonia permanente com a sociedade – um conjunto importante de reformas indispensáveis para o equilíbrio das contas públicas e para a retomada dos investimentos.

As reformas mais importantes são aquelas que garantirão um prolongado e sustentável ciclo de desenvolvimento econômico social.

No século passado, nossa economia teve taxas de crescimento dentre as mais altas do mundo.

Foi um crescimento, no entanto, que produziu concentração de renda e não cuidou de seu próprio financiamento. Gerou desequilíbrios fiscais agudos, surtos inflacionários, alternando períodos expansivos e recessivos.

Senhoras e senhores

A aprovação, pelo Congresso Nacional, das reformas tributária e previdenciária permitirá uma maior justiça social e assegurará os recursos para a manutenção do equilíbrio nas contas públicas.



Garantirá também a viabilidade do sistema de seguridade social, reduzindo a carga tributária sobre o setor produtivo.

O Governo e todos os brasileiros deram sua parte no sacrifício para recolocarmos, em 2003, o Brasil nos trilhos do crescimento sustentável.

O país pode hoje oferecer a empresários e trabalhadores melhores condições para produzir e elevar seu padrão de vida.

Nossa disposição de saldar a dívida social que temos com as camadas mais pobres da sociedade brasileira permitirá uma maior estabilidade social e política, sem a qual não haverá estabilidade econômica duradoura.

A maior parte dos problemas que temos hoje é resultado da ação passada de uma elite que geriu o Estado em proveito de poucos. Ela foi incapaz de realizar reformas. Foi irresponsável. Comprometeu a saúde fiscal do Estado. Agravou de forma insuportável as desigualdades sociais.

Para fazer face a isso, nos propusemos ajustar o funcionamento da administração pública, mediante uma redefinição de prioridades, redistribuição dos recursos públicos para onde são mais necessários, e corte de gastos improdutivos.

Adotamos políticas necessárias para preservar a segurança das atividades empresariais.

Nas últimas décadas, o descompasso entre receitas e despesas do Governo resultou em incertezas macroeconômica e tributária, aumentando o prêmio de risco, as taxas de juros e reduzindo o investimento privado.

Como consequência, o crescimento do país foi medíocre, abaixo do seu potencial.

Decidimos enfrentar o desafio do ajuste estrutural das finanças públicas.

Recuperar a confiança dos investidores e credores externos na atividade econômica no Brasil e relançar responsavelmente um ciclo de desenvolvimento econômico com justiça social.

Houve uma sensível melhoria no perfil da dívida pública em 2003.



A Dívida Pública Consolidada mostra estabilização com tendência de queda.

A política econômica que adotamos levou à retomada da confiança externa, à acomodação da taxa de câmbio, a quedas importantes nas taxas de juros nominais e reais.

A política monetária reduziu drasticamente as expectativas inflacionárias.

A vulnerabilidade da economia frente a turbulências mundiais diminuiu.

Em um ano o risco-Brasil caiu de 2400 pontos para 400.

Apesar do ajuste nas contas públicas e da manutenção em patamares ainda elevados das taxas de juros, o PIB mesmo assim apresentou crescimento positivo em 2003.

Neste ano teremos um crescimento entre 3 e 4%.

Não é ainda de todo o desejável. Mas trata-se de um recomeço, dentro de um quadro consistente de estabilidade macroeconômica e de disciplina fiscal.

No comércio exterior, a mobilização de nosso empresariado e a ação do governo para ampliar o acesso a diversos mercados produziram, em 2003, o segundo maior superávit comercial da história brasileira: quase 25 bilhões de dólares.

O crescimento das exportações foi extremamente significativo: mais de 20%.

Estou certo de que continuaremos em 2004 a explorar agressivamente o potencial das exportações brasileiras.

Os primeiros resultados de 2004 confirmam amplamente essa tendência.

Para o futuro, contamos com a melhoria no acesso de produtos brasileiros aos principais mercados.

Senhoras e senhores,

Tenho mencionado a necessidade de construir uma nova geografia



econômica e comercial.

Não se trata de arroubo retórico.

Sem menosprezar nossas relações históricas com o mundo desenvolvido, estamos convencidos de que há um enorme potencial em nossas relações regionais e com outras economias emergentes.

Os grandes investidores internacionais, além dos atrativos do mercado interno brasileiro, devem olhar também para essas outras realidades.

Senhoras e senhores,

O Mercosul se consolida e se expande para o conjunto da América do Sul, ao mesmo tempo em que se aprofunda e cobre novas áreas, como serviços, investimentos e compras governamentais.

Trabalhamos também para concluir este ano o acordo Mercosul-União Européia.

Da mesma forma, assinamos acordos do Mercosul com a Índia. Nossas negociações com a África do Sul avançam.

Os entendimentos para a formação da ALCA encontram-se bem encaminhados após a Reunião Ministerial de Miami, em direção a um acordo realista e flexível.

A aproximação com os países árabes, iniciada com a minha viagem pelo Oriente, ganhará grande impulso com a reunião que realizaremos no Brasil este ano.

Finalmente, reiteramos nosso compromisso com a Rodada de Doha, cujos resultados devem beneficiar os países em desenvolvimento eliminando barreiras e subsídios que distorcem o livre comércio.

Senhoras e senhores,

Maior acesso a mercados externos atrairá mais investimento produtivo para o Brasil.

Esperamos incrementar, em muito, os quase 11 bilhões de dólares em investimentos diretos estrangeiros recebidos no Brasil, em 2003.



Os recursos privados externos, somados aos do empresariado brasileiro, serão fundamentais para a retomada do crescimento econômico, para a geração de empregos e elevação da renda do trabalhador.

O Brasil reúne enorme potencial e oportunidades para o investidor.

Tem recursos naturais abundantes, uma classe trabalhadora qualificada profissionalmente.

Tem uma infra-estrutura ampla, que desejamos melhorar.

Tem instituições sólidas e reguladas, sob permanente vigilância da sociedade e da opinião pública.

Tem um governo estruturado, com apoio político e popular, disposto a ouvir e a solucionar problemas.

Além disso, o Brasil é um país que vive em paz há mais de 100 anos com seus vizinhos e aprofunda seus laços de cooperação e amizade em sua própria região e fora dela.

É um país com vocação humanista e universalista, disposto a assumir crescentes responsabilidades na promoção da estabilidade mundial.

Tenho dado muita atenção à integração na América do Sul.

Assumi, como prioridade de meu governo, a construção de uma grande infra-estrutura na região.

Mais do que um conjunto de vias de integração, ela será um verdadeiro canal de desenvolvimento, levando progresso econômico e bem-estar a áreas ainda à margem dos benefícios da sociedade moderna.

Permitirá igualmente uma inserção mais competitiva de toda a região na economia global.

Estamos desenvolvendo mecanismos para atrair investimentos para projetos de infra-estrutura, inclusive por meio da Parceria Público-Privada que, muito em breve, será transformada em lei.

Senhoras e Senhores,

Passado meu primeiro ano de Governo, posso dizer que estou



extremamente otimista com a direção que conseguimos imprimir ao Brasil, embora estejamos conscientes de que precisamos fazer mais.

O país precisa voltar a crescer a taxas robustas, permitindo a substancial elevação dos níveis de emprego e a redução dos índices de pobreza.

Continuaremos trabalhando por melhores taxas de desenvolvimento social, por uma sociedade menos marcada pela desigualdade e pela exclusão.

Em nosso continente aprendemos que não haverá estabilidade econômica efetiva se não houver democracia política e social.

Temos hoje o mais importante programa de proteção social que nossa história registra.

Três milhões e seiscentas mil famílias estão cobertas pelo Programa Bolsa Família que, até o final de meu Governo, abrangerá 11 milhões de famílias, ou seja 50 milhões de brasileiros, que estarão livres do flagelo da fome.

Mas necessitamos mais do que isso.

É fundamental criar oportunidades e opções econômicas para nossa grande população.

Os investimentos estrangeiros, que têm sido uma das molas-mestra de nossa economia, podem dar forte impulso a nosso desenvolvimento.

Estamos dispostos a discutir projetos e propostas com a comunidade empresarial internacional e brasileira, que possam facilitar as inversões em meu país, num clima de harmonia e respeito às leis e valores de nossa sociedade.

Eu queria concluir dizendo aos empresários que, no primeiro ano de Governo, nós fizemos aquilo que parecia impossível para muitos de vocês, olhando de longe o Brasil. Afinal de contas, não é a qualquer hora que se faz reforma tributária e nem reforma da Previdência Social.

Em apenas sete meses conseguimos aprovar as duas reformas, mesmo



o partido que me elegeu tendo apenas 100 deputados. Isso significa que nós não apenas apresentamos os projetos como tivemos um grande trabalho de articulação política, envolvendo os 27 governadores de estado, envolvendo todos os partidos políticos, para que fizéssemos com que entendessem que a reforma tributária e a reforma da Previdência não eram de interesse do Governo Federal, mas de interesse da modernização que o Brasil precisava para adentrar ao século XXI mais competitivo.

Ao mesmo tempo, estabelecemos uma política internacional. E queremos contar com o apoio de vocês, porque, embora tenhamos uma relação privilegiada com a União Européia e com os Estados Unidos, queremos aprimorá-las, porque entendemos que são os dois mercados mais importantes para o nosso país. Nós tivemos uma política ousada, procurando mercados emergentes, mercados similares ao mercado brasileiro, países com populações gigantescas, maiores do que a do Brasil, e, ao mesmo tempo, países que, nos últimos anos, têm demonstrado uma lógica de crescimento sustentável importante, sobretudo se analisarmos a China e a Índia.

Foi por isso que, no primeiro ano de Governo, ao invés de ficar sentado na minha cadeira no Brasil, lamentando o que herdei e a situação econômica, nós, concomitantemente com as reformas, resolvemos viajar o mundo para abrir novos espaços, para que pudéssemos fazer novos negócios.

É isso que chamamos de nova geografia comercial do mundo. Ao mesmo tempo em que vamos brigar, na Organização Mundial do Comércio, para que sejam flexibilizados os produtos onde temos maior poder de competitividade, consolidamos o Mercosul que, hoje, é uma realidade muito mais forte do que era alguns anos atrás, porque não há um interesse apenas comercial, mas, sobretudo, uma confiança política entre os países que compõem o Mercosul e a América do Sul. Estabelecemos, pela primeira vez – é importante lembrar que a primeira viagem de um chefe de Estado brasileiro ao Líbano aconteceu ainda na época do Império brasileiro, portanto, em 1876 –



uma relação com o mundo árabe, porque entendemos que é possível e importante atrair investimentos, sobretudo na área de infra-estrutura, e também fazer com que o Brasil coloque seus produtos nos mercados árabes. Da mesma forma que estamos com uma política de relação preferencial com a Índia, com a China e com a Rússia, porque entendemos que são países que têm muita similaridade e a necessidade de fazer com que o crescimento econômico possa gerar riquezas para fazer justiça social.

Então, o Governo brasileiro não está apenas fazendo a sua parte, estamos desafiando o empresariado brasileiro e o empresariado estrangeiro que têm investimentos no Brasil a não ficar parados. É preciso que a gente vá à luta, porque, nesse mundo globalizado, o planeta ficou pequeno e ninguém vai fazer concessão gratuitamente.

Estou convencido de que o fato de termos crianças de rua, o fato de sermos um país com problema social, o fato de termos analfabetos não são motivos para sensibilizar nenhum investidor a colocar um único centavo no Brasil. O que vai possibilitar e motivar investimentos no Brasil é o que podemos oferecer a vocês de infra-estrutura, o que podemos oferecer de mercado e o que poderemos oferecer de mão-de-obra extremamente qualificada. Temos um grande mercado interno e a possibilidade de ampliar, e muito, o mundo comercial para quem produz no nosso país.

É com essa certeza e com essa perspectiva que termino o meu pronunciamento, aqui, dizendo a vocês que comecei o ano de 2003 indo ao Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. E diziam que eu não podia ir ao Fórum Social porque eu ia a Davos, e seria vaiado em Porto Alegre ou em Davos.

Fui a Porto Alegre e a Davos e fui recebido da forma mais extraordinária possível. Agora, eu fui à Índia, um país que todos vocês conhecem, com mais de 1 bilhão de habitantes, com um crescimento excepcional, mas com problemas sociais também excepcionais.

Saio da Índia e venho a Genebra, no coração do chamado mundo



desenvolvido, dizer a vocês a mesma coisa que digo em qualquer lugar do mundo: O Brasil, certamente pela índole do seu povo e pela seriedade com que o Governo está enxergando a necessidade de desenvolvimento, é e deve ser um grande centro de atração dos novos investimentos que vocês pretendem fazer para o crescimento das suas empresas.

Muito obrigado.



Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após encontro com o presidente do Chile, Ricardo Lagos, com o Presidente da França, Jacques Chirac, e com o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan

Genebra - Suíça, 30 de janeiro de 2004

Excelentíssimo senhor Ricardo Lagos, presidente da República do Chile,
Excelentíssimo senhor Jacques Chirac, presidente da República Francesa,

Excelentíssimo senhor Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas,
Ministros aqui presentes,

Senhoras e senhores integrantes do corpo diplomático acreditado junto às Nações Unidas,

Representantes de organizações não-governamentais,

Meus amigos e minhas amigas,

Não vim a Genebra apenas para recordar que a fome é uma arma de destruição em massa, que mata 24 mil pessoas por dia e 11 crianças por minuto, que atinge cerca de um quarto da população mundial, disseminando doenças, reduzindo a capacidade de trabalho dos adultos e de aprendizado das crianças.

Tampouco vim aqui para criticar o modelo econômico preconizado nas últimas décadas. Modelo que privilegiou o desenvolvimento econômico, em detrimento do desenvolvimento social, contribuiu para o agravamento das desigualdades entre as sociedades, disseminou o desemprego e a miséria e expôs grande parcela da população mundial a uma situação de vulnerabilidade.

Vim a Genebra em busca de soluções e com a firme determinação de, juntamente com os presidentes Chirac e Lagos e o secretário-geral Kofi Annan,



propor ações concretas para a superação do desafio da erradicação da fome e da redução da pobreza.

O combate à fome e à pobreza não é uma meta utópica. Consiste na luta contra a exclusão e a desigualdade, e a favor da justiça social e do crescimento sustentável.

Estou propondo uma mudança de atitude. Estou fazendo um chamado ético e político para que a comunidade internacional trabalhe por um novo conceito de desenvolvimento, em que a distribuição da renda não seja consequência, mas a alavanca do crescimento.

O desafio de nossos dias é o de conjugar estabilidade econômica e inclusão social. Não será uma tarefa fácil. Exige grandes transformações na estrutura das sociedades e mudanças profundas na organização do sistema produtivo. A vontade política é elemento imprescindível para essa equação.

Estou aqui para expressar a minha vontade política e determinação pessoal de trabalhar com os presidentes Chirac e Lagos, com o secretário-geral Kofi Annan, bem como com outros líderes mundiais interessados em juntar-se a esse esforço pela promoção do desenvolvimento e superação da pobreza.

Em nossas conversas, manifestamos preocupação com o foco excessivo da agenda internacional em questões que dizem respeito apenas à segurança, como terrorismo e armas de destruição em massa.

Se queremos um mundo seguro, temos que lutar por um mundo mais justo, mais equitativo. A paz, o desenvolvimento econômico e a justiça social estão intimamente relacionados. Não haverá paz sem desenvolvimento econômico. E não haverá paz nem desenvolvimento econômico sem justiça social.

Concordamos que as metas de desenvolvimento do milênio desempenham importante papel na luta pela erradicação da fome e da pobreza. Sua implementação precisa ser revigorada.



Os compromissos e prazos assumidos por países pobres e ricos nas conferências de Monterrey e de Johannesburgo precisam ser respeitados. A construção de um sistema internacional de comércio livre, equilibrado e capaz de oferecer oportunidades de geração e distribuição de riquezas a todos que deles participam, é essencial à superação da pobreza e ao respeito ao direito humano à vida, à alimentação e à saúde.

Coincidimos que um multilateralismo político e econômico robusto constitui elemento indispensável nessa nova ordem internacional, que deve estar voltada para o desenvolvimento econômico com justiça social.

A emergência do G-20 e o exercício do diálogo ampliado entre o G-8 e os países em desenvolvimento constituem iniciativas importantes, que trazem soluções para os desafios econômicos e sociais de combate à fome e à pobreza.

Concordamos em fazer um apelo conjunto para o estabelecimento de uma verdadeira parceria global, que mobilize vontade política e apoio financeiro. Esses recursos podem vir, inclusive, da sociedade civil e do setor privado. Devem engajar governos, agências das Nações Unidas e instituições financeiras.

Essa aliança global para o combate à fome e à pobreza deve possibilitar aos países em desenvolvimento receber apoio contínuo, por meio de um comércio internacional mais livre, do alívio da dívida externa, do investimento direto, do aumento da ajuda internacional e de mecanismos alternativos de financiamento.

Convidamos os líderes mundiais a unirem-se a esse esforço de mobilização política. Convocamos os países doadores e o setor privado a contribuírem de forma substantiva para os diferentes fundos e iniciativas voltados para a erradicação da pobreza, inclusive para um mecanismo instituído pelo Brasil, Índia e África do Sul, com o apoio do PNUD.

Decidimos estabelecer um grupo técnico para estudar as várias



propostas sobre mecanismos alternativos de financiamento, tais como as taxações sobre o comércio de armas e sobre certas movimentações financeiras. Os recursos gerados por esses mecanismos poderiam vir a financiar a constituição de um fundo de combate à fome e à pobreza.

Instruímos o grupo a elaborar um relatório para ser discutido, possivelmente em setembro de 2004, em evento durante a próxima Assembléia Geral das Nações Unidas.

Desde já, convidamos todos os líderes mundiais a participar desse evento e a assumir conosco o firme compromisso de superar o principal desafio de nossos dias: o combate à fome, à pobreza e à exclusão social.

Convidamos também o G-8 a renovar o exercício do diálogo ampliado, para oferecer oportunidades de discussão sobre mecanismos inovadores de financiamento com os países em desenvolvimento.

Não nos iludamos: não haverá paz e segurança sem desenvolvimento econômico e justiça social. Não há mais como aceitar, com indiferença, a existência, no mundo de hoje, de sociedades formadas por analfabetos, desempregados, famintos e miseráveis.

Quero dizer a vocês que essa reunião, com a presença do presidente Chirac, do secretário-geral Kofi Annan e do presidente Lagos, certamente vai dar muita força para todos aqueles que querem lutar contra a fome e contra a pobreza no mundo.

Eu já os agradeço por terem vindo a essa reunião e quero, na frente de vocês da imprensa, dizer que sou muito grato à sensibilidade que o secretário-geral Kofi Annan, o presidente Chirac e o presidente Lagos demonstraram, aceitando participar dessa reunião.

Muito obrigado.